

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL UHE TELES PIRES

P.36 – Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais.

RELATÓRIO FINAL – DIAGNÓSTICO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA			
INTEGRANTES	CONSELHO DE CLASSE	CTF	ASSINATURA
Tatiane Castro de Arruda	Socióloga DRT/MT 0016	5565669	
Natalício Pereira Menezes	Administrador CRA / MT 711	5565633	
Vivliane Sachi Passos	Assistente Social CRESS / MT 3520	5636534	
Aline Graciele de Oliveira	Estagiária de Serviço Social	5636496	

NOVEMBRO/2012

ÍNDICE

1. Introdução.....	5
2. Justificativa.....	6
3. Objetivos.....	6
4. Metodologia.....	7
5. Resultados.....	8-47
6. Conclusão.....	47
7. Referências bibliográficas.....	48

ANEXOS

- I. **Programação: Oficina de Capacitação “Diagnóstico Social Paranaíta” - 27 /07/2012.**
- II. **Lista de presença: Oficina de Capacitação “Diagnóstico Social Paranaíta”.**
- III. **Modelo de Cadastro de Pesquisa do Programa Bolsa Família**
- IV. **Modelo de Cadastro de Pesquisa do Benefício Prestação Continuada.**
- V. **Modelo de Cadastro de Pesquisa no Comércio.**
- VI. **Modelo de Instrumento de Auto Avaliação Conselho Tutelar.**
- VII. **Modelo de Instrumento de Auto Avaliação Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.**
- VIII. **Relação de participantes da Auto Avaliação Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da criança e adolescente.**
- IX. **Resolução Conjunta CMAS-CMDCA 001/2012**

LISTA DE SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
BPC - Benefício Prestação Continuada da Assistência Social	IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
CHTP - Companhia Hidrelétrica Teles Pires	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social	LOA - Lei Orçamentária Anual
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.	MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social	MEC - Ministério da Educação
CRAS - Centro de Referência Assistência Social	NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família
CT – Conselho Tutelar	ODM - Objetivos do Milênio
DATASUAS – Departamento de Informática do Sistema Único da Assistência Social	OMS - Organização Mundial da Saúde
DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde	PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
ECA - Estatuto da Criança e Adolescente	PAIF - Programa de Atenção Integral a Família
EJA - Ensino de Jovens e Adultos	PBA - Plano Básico Ambiental
FIA - Fundo para Infância e Adolescência.	PBF – Programa Bolsa Família
FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social	PIB - Produto Interno Bruto
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde	PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.	PNE - Plano Nacional de Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
GGIM - Gabinete de Gestão Integrada Municipal	PPA - Plano Plurianual
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	PSF - Posto de Saúde da Família
ICS – Instancia de Controle Social	SEBRAE/MT - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	SGD - Sistema de Garantia de Direitos
IDSUS – Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde	SICRED - Sistema de Crédito Cooperativo
IGD - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	SINASC - Sistema de Informações de Nascidos Vivos
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
	SUAS - Sistema Único da Assistência Social
	SUS - Sistema Único de Saúde
	SMS – Secretaria Municipal de Saúde
	SME – Secretaria Municipal de Educação
	UDR - Unidade Descentralizada de Reabilitação Jesus de Nazaré

1- INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social Paranaíta – MT, é executora da Política de Assistência Social no Município, habilitado no Sistema Único da Assistência Social - SUAS, tendo diversos programas, projetos, serviços e benefícios de Proteção Social Básica e Especial ofertados em suas unidades à população. Para que o Município pudesse aprimorar a oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios a pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, principalmente aos que se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza, necessitava realizar o diagnóstico socioterritorial, cujo objetivo é a análise da situação do município (diagnóstico) que consiste na caracterização (descritiva e interpretativa), na compreensão e na explicação de uma determinada situação.

O Diagnóstico Social é uma importante ferramenta de planejamento. Ele traz indicadores e informações consolidadas de várias áreas. No Caderno de Informações “Diagnóstico para Gestão Municipal” do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS destaca o seguinte: *“Um dos aspectos que contribui para potencializar a efetividade de uma Política Social é a abrangência e qualidade do diagnóstico em que os programas, ações e intervenções dela derivados se baseiam. A amplitude temática de um bom diagnóstico é sempre uma decisão crítica: muito abrangente perde-se o foco, a objetividade; muito restrito, pode comprometer a formulação do programa público, ao não explicitar as dimensões que determinam ou afetam a problemática social, econômica ou ambiental em questão. Assim, um diagnóstico socioeconômico que se proponha a ser útil e propositivo para Políticas Públicas deve se caracterizar como um estudo da situação de uma determinada população e sua região, com textos descritivos ou analíticos, tabelas de dados, cartogramas e, especialmente, indicadores específicos sobre vários aspectos da realidade local e regional”*.

Através do P.36 – Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais, conforme Termo de Acordo firmado entre a Companhia Hidrelétrica Teles Pires e o Município de Paranaíta, a Secretaria Municipal de Assistência Social solicitou que fosse inserido como uma das ações de prevenção e mitigação de impacto, a realização do Diagnóstico Socioterritorial do Município de Paranaíta, importante para a viabilização dos projetos sociais do Município. Este diagnóstico é imprescindível para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos, da rede de proteção social rede de serviços socioassistenciais executados pelo município, identificando, por meio do conhecimento da realidade os territórios com demandas, vulnerabilidades, riscos, violação de direitos. Desse modo, apontar alternativas de enfrentamento e orientar, planejar a oferta de serviços, programas e benefícios Socioassistenciais, Educação, Saúde e demais Política Públicas Municipais.



Oficina de Capacitação “Diagnóstico Social Paranaíta” - 27 /07/2012

2- JUSTIFICATIVA

O conhecimento da realidade é a base fundamental para construção do plano municipal de assistência social e dos planos intersetoriais com outras políticas públicas, que visa responder efetivamente as necessidades e anseios da população, obtendo impactos positivos nos grupos familiares e sociais nos seus territórios de vida.

Decorrem da investigação, reflexão e análise da realidade com fim operativo e programático. Exige o levantamento de um conjunto de informações básicas que justificarão e direcionarão os Planos e deverão ser constantemente ampliadas e processadas, trazendo novas variáveis para a correção e ajuste do planejamento e monitoramento da execução.

O Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social do Município de Paranaita, enquanto fonte de conhecimento constitui-se em instrumento norteador indispensável para identificar objetivos, estabelecer prioridades, metas e proceder a escolhas metodológicas. É ainda, um meio de identificação de potencialidades, ativos e condições básicas para a intervenção prevista.

A adequada caracterização da questão social possibilita a formulação de Planos consistentes. Com este diagnóstico a análise da realidade local, acerca dos problemas e das necessidades sociais são pré-condições para identificar as situações que devem ser superadas. Buscamos ainda com este diagnóstico apontar resultados a serem alcançados em áreas determinadas com relação às demandas sociais territoriais, da Rede de Proteção Social, do Sistema de Garantia de Direitos e aprimoramento da Gestão e da Rede de Serviços Socioassistenciais.

3. OBJETIVO

Mapeamento e Diagnóstico de Vulnerabilidade Social no Município de Paranaita, visando o planejamento, avaliação, acompanhamento e monitoramento das Políticas Públicas através da proposição e formalização dos Planos de Ação elaborados pelos Conselhos Públicos Setoriais.



Oficina de Capacitação “Diagnóstico Social Paranaita” - 27 /07/2012

4. METODOLOGIA

O Diagnóstico Social é um instrumento dinâmico, sujeito a atualização periódica, que, ao ser produzido de forma estratégica e participativa permite o conhecimento e compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da detecção dos problemas prioritários e respectivas causalidades, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais.

Como em todo processo participativo é necessário o auxílio e apoio de toda a rede, para isso foi realizado uma Oficina “Diagnóstico Social Paranaíta” no dia 27/07/2012. Esta oficina teve como objetivo principal a mobilização, articulação e sensibilização dos participantes sobre importância da realização do Diagnóstico Social para o Município de Paranaíta. Foi uma forma de treinamento e capacitação breve, com duração de um dia, foi possível realizar a conscientização aos profissionais, técnicos, e colaboradores integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, da Rede de Proteção entre outros convidados, sobre a importância do Diagnóstico Social. Estes, de imediato, se prontificaram a participar e auxiliar na realização do Diagnóstico. Neste momento foi formada e criada a Comissão Local de Avaliação e Acompanhamento do Diagnóstico e Planejamento.

Uma equipe formada por Assistentes Sociais, Sociólogos, Administradores e Estagiários de Serviço Social, promoveram o levantamento, análise e sistematização de informações sobre as fragilidades e potencialidades da população e socioeconômica do município e das políticas sociais básicas, analisando a realidade local, através da coleta dados, reuniões, pesquisa de campos, estudos de textos, avaliação prévia das condições de atuação dos Conselhos Públicos, Conselho Tutelar, Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, Rede de Proteção Social e Rede de Serviços Socioassistenciais. Obtenção de mapas geográficos locais, análise preliminar socioeconômica do município, formulação de hipóteses orientadoras do diagnóstico, levantamento, análise e sistematização de informações sobre ameaças e violações de direitos, a partir de dados obtidos junto ao Conselho Tutelar, órgãos de Segurança Pública, para apontamento das fragilidades e identificação das situações que devem ser superadas.

Os dados iniciais coletados basearam-se na análise qualitativa e quantitativa verificados localmente e para finalizar com a análise dos dados estatísticos do IBGE, PNUD, MEC, DATASUS, DATASUAS, IDSUS, dentre outros.

Utilizou-se um sistema de registros e relatórios, através do preenchimento de planilhas (mapas), de acordo com cada área específica da pesquisa e, disponibilizados neste relatório final com a produção de gráficos e outros instrumentos que contribuam para uma fácil visualização e análise dos dados.

Para o desenvolvimento das ações descritas e as demais necessárias para realização do diagnóstico foi elaborado um plano de ação/quadro operativo com o estabelecimento de objetivos, produtos, resultados esperados e período de execução.



Reunião da Comissão Municipal de Acompanhamento, Avaliação e Monitoramento

5. RESULTADOS

Para apresentação deste relatório final definimos 06 (seis) Eixos Estratégicos:

- 1 – Marcos: Legal e Situacional;
- 2 – Acesso a Educação de Qualidade;
- 3 – Provendo Vidas Saudáveis;
- 4 – Proteção e Desenvolvimento Social;
- 5 – Desenvolvimento Econômico;
- 6 - Finanças Públicas;
- 7 – Diretrizes/Metas.

Eixo 1 – Marcos: Legal e Situacional

▲ Marcos Normativos e Regulatórios

A Lei Estadual nº 4352, de 04-10-1981, criou o Distrito de Paranaíta subordinado ao município de Alta Floresta. Em 13 de maio de 1986, através da aprovação da Lei Estadual nº 5004 elevou-se a município. Desde o período de sua elevação a município até os dias atuais muitas leis municipais de ordem pública, de regulamentação de serviços públicos e da estrutura administrativa, entre outras necessárias conforme demandas específicas.

No ano de 2010 a Administração Municipal de Paranaíta através da **LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 013/2010** promoveu a reorganização da estrutura administrativa da prefeitura, ficando composta por órgãos da administração direta, sendo de assessoramento direto ao Prefeito de natureza estratégico/instrumental e dos órgãos de natureza finalística, através do Gabinete do Prefeito; Controladoria e Secretarias Municipais de: Governo; Planejamento e Finanças; Administração; Esportes, Lazer e Cultura; Educação; Saúde; Assistência Social; Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio; Meio Ambiente, Mineração e Turismo; Obras, Transportes, Serviços Urbanos e Saneamento. Em seu Art. 5º *caput* Ressalta “A administração contará com os órgãos colegiados formado pelos “Conselhos Municipais” que irão atuar em diferentes áreas contribuindo com a gestão municipal na formulação e controle das políticas públicas”. Fonte: Site Prefeitura.

Analisando a Tabela 20 – Relação dos Conselhos Públicos Constituídos em Paranaíta (página 35), verifica-se a necessidade de revisão geral nas Leis que criaram e regulamentam estes conselhos, para atualização ou até mesmo revogação.

▲ Marco Situacional

a) Histórico do Município de Paranaíta:

Fundada em 29 de Junho de 1979, pelo mesmo colonizador de Alta Floresta senhor Ariosto da Riva, que percebeu a fertilidade das terras nas margens dos rios Teles Pires, Apiacás e Santa Helena, adquiriu a área e ali implantou um novo projeto de colonização. Paranaíta beneficiou-se das experiências já adquiridas em Alta Floresta, pois se localizava ao norte, mais dentro da Amazônia.

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

O projeto original da cidade foi prejudicado pela descoberta de ouro na região, introduzindo-se ali de garimpeira nas atividades dos colonos. Posteriormente, se desenvolveu a agropecuária. A denominação da colonização foi tomada do nome do rio Paranaíta, que faz divisa do município, pelo leste, com o Estado do Pará. Segundo a prefeitura municipal, o topônimo homenageia o Estado do Paraná, de onde veio grande parte dos habitantes do lugar, acrescido do sufixo "ita", que significa pedra.

b) Caracterização Física:

Formação Administrativa: Distrito criado com a denominação de Paranaíta, pela lei estadual nº 4352, de 04-10-1981, subordinado ao município de Alta Floresta.

Em 13 de maio de 1986, através da aprovação Lei Estadual nº 5004 o elevou a categoria de Município do Estado de Mato Grosso, a sua localização está na região turística do cristalino, possui uma extensão territorial de 4.830 Km². Destaca-se na região um local chamado "Pedra Preta", de excepcional beleza. Uma enorme pedra que abriga um conjunto de pictogravuras.
Fonte: "Confederação Nacional de Municípios".

c) Caracterização Demográfica:

Com relação à densidade demográfica do município, para (hab./Km²), encontra 2,23.

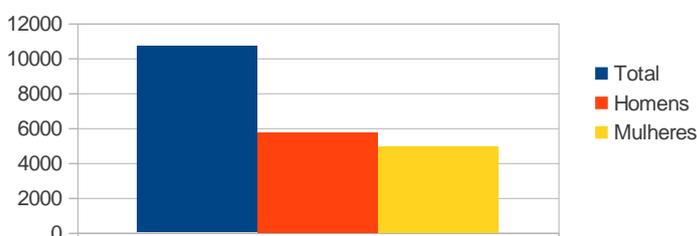
d) População:

A população estimada segundo o senso IBGE em 2000 era de 10.254, em 2010 o senso contabilizou 10.684 habitantes registrando um crescimento populacional de 4,2% em dez anos e a previsão para 2011 10.718 e 2012 10.749 habitantes.

Paranaíta tem um dos maiores Assentamento Rural do INCRA, o assentamento São Pedro, distante 40 km do núcleo urbano, com 800 famílias, cerca 3.000 pessoas e 22 comunidades. Em torno do núcleo urbano são 12 comunidades e 01 Assentamento do INTERMAT, Projeto "Nossa Terra Nossa Gente", com 49 famílias, e fica a 7 km do núcleo urbano.

O município declarou no Censo 2010, existirem loteamentos irregulares, e que não há moradores urbanos vivendo em aglomerados subnormais (favelas e similares).

Gráfico - 01 Habitantes/Sexo



Fonte: (IBGE 2010)

NOTA

Na zona urbana consta cerca de 5.652 habitantes, já na zona rural 5.032, sendo desse total de habitantes 5.741 homens e 4.943 mulheres.

Tabela 01 – Características da população do município de Paranaitá

Características		2010	
		Nº	%
População	Total de pessoas residentes	10.684	100
Sexo	Homens residentes	5.741	53,7
	Mulheres residentes	4.943	46,3
	Total	10684	100
Situação de domicílio	Pessoas residentes - área urbana	5.652	52,9
	Pessoas residentes - área rural	5.032	47,1
	Total	10684	100
Cor	Pessoas residentes – brancas	4.910	46,0
	Pessoas residentes – pretas	721	6,7
	Pessoas residentes – pardas	112	1,0
	Pessoas residentes – amarelas	4.915	46,0
	Pessoas residentes – indígenas	26	0,2
	Total	10.684	100
Faixas etárias	Pessoas residentes - 0 a 4 anos	742	6,9
	Pessoas residentes - 5 a 9 anos	879	8,2
	Pessoas residentes - 10 a 14 anos	1.030	9,6
	Pessoas residentes - 15 a 19 anos	1.007	9,4
	Pessoas residentes - 20 a 24 anos	858	8,0
	Pessoas residentes - 25 a 29 anos	826	7,7
	Pessoas residentes - 30 a 39 anos	1.571	14,7
	Pessoas residentes - 40 a 49 anos	1.639	15,3
	Pessoas residentes - 50 a 59 anos	1.179	11,0
	Pessoas residentes - 60 a 69 anos	591	5,5
	Pessoas residentes - 70 anos ou mais	362	3,4
	Total	10.684	100

Fonte: IBGE 2010

Analisando a tabela verifica-se que ha um equilíbrio entre a faixa etária de crianças, adolescentes e jovens até 29 anos, e a população acima de 30 anos, ficando ambas na média de aproximadamente 50%.



Eixo 2 – Acesso a Educação de Qualidade

Garantir os direitos da criança e do adolescente ao acesso a educação de qualidade é uma preocupação mundial. No Artigo 54 da Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que toda criança e adolescente tenha direito a educação gratuita e de qualidade desde o atendimento em Creche e Pré Escola ao Ensino Médio.

A constituição nacional/88, a LDB/96 o ECA/90, os parâmetros curriculares publicados a partir de 96, a lei do FUNDEF/96, e atualmente a Lei do FUNDEB reconhece a Educação Infantil incluída na Educação Básica, normatizam, fundamentam e garantem os direitos da criança e adolescente de acesso e permanência na Escola.

Tabela 02 - Estabelecimentos de Ensino em Paranaíta

	Unidade	Localização
Rede Municipal	Centro de Educação Infantil “Criança Feliz”	Centro - Zona Urbana
	E.M. Juscelino Kubitschek	Jardim Esperança - Zona Urbana
	E.M. Cristo Redentor	Comunidade Santa Marta – Zona Rural
	E.M. Maria Quitéria	Comunidade Sombra da Manhã Zona Rural
	E.M. Nossa Senhora das Graças	Comunidade Jardim Amazônia - Zona Rural
	E.M. Tancredo de Almeida Neves	Comunidade Nova União – Zona Rural
	E.M. São Pedro	Comunidade Terceira Sul – Zona Rural
	E.M. Getulio Vargas	Gleba Mandacaru – Zona Rural
Rede Estadual	Unidade	Localização
	E.E. João Paulo I	Centro – Zona Urbana
	E.E. Dr. Mario Correa da Costa	Centro – Zona Urbana
Rede Particular	EE São Pedro	Assentamento São Pedro - Comunidade Sombra Da Manha – Zona Rural
	Unidade	Localização
	Walt Disney - 1ª a 4ª Serie anos iniciais	Centro – Zona Urbana

Fonte: Comissão Municipal de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico Social

Segundo o IBGE (2006), no Brasil, apenas 15,5% das crianças de zero a três anos – de uma população de 11,2 milhões frequentam creches, em 2008 esta cobertura foi de 18,% (Fonte: MEC/INEP Censo Escolar, 2008). Em 2001, o Ministério da Educação lançou o Plano Nacional de Educação (PNE), que previa a cobertura de 30% de creches para a população de 0 a 3 anos, em 2006, e um porcentual de cobertura de 50% para 2011. No Centro Oeste a média de cobertura está próximo aos 15%.

A Fundação Abrinq preocupada com esta problemática lançou em 2007 o Projeto Creche para Todas as Crianças, com o objetivo de contribuir para a ampliação do acesso às creches e para a melhoria da qualidade do atendimento, tornando esses espaços ambientes verdadeiramente educacionais, que compreendam a educação de forma integral, considerando-se os aspectos de saúde e proteção das crianças.

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

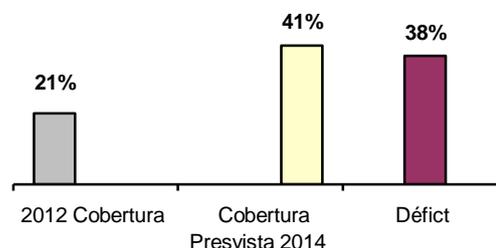
O Governo Federal criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Pró Infância, com objetivo de construir Centros de Educação Infantil nas modalidades Creche e Pré Escolas.

Tabela 3 – Cobertura em Creche

REDE MUNICIPAL	2011	2012	Unidade
Zona Urbana	99	106	01
Zona Rural	00	00	00
Total	99	106	01

Fonte: Centro Municipal de Educação infantil "Criança Feliz

Gráfico 02 - Taxa de Cobertura em Creche



A tabela e o gráfico acima mostram que o município de Paranaíta não está fora da realidade nacional e ficando acima da realidade regional, com a cobertura total em Creche de 21%, contando com apenas uma Creche na região central da cidade com atendimento em período parcial nas modalidades Maternal, Berçário 01 e 02, sendo 53 crianças de 0 a 03 anos de idade no período matutino e 53 no vespertino.

Uma das maiores reivindicações das famílias participantes da pesquisa do PBF e BPC, e também da pesquisa no comércio local, principalmente aqueles que têm filhos em iniciação escolar, foi à construção de “Creche”, em bairros mais distante da região central, inclusive uma na zona rural no assentamento São Pedro. Muitas mães declaram, não tem como trabalhar por não ter vaga na creche.

O município foi contemplado através do Programa Pró Infância – PAC2 para Construção do Centro de Educação Infantil (Urbana) através do Atendimento em Período Integral nas modalidades Creche e Pré Escola, para 224 crianças de 0 a 5 anos, cuja previsão de inauguração é para meados de 2014. Com este centro atendendo aproximadamente 100 crianças de 0 a 3 anos a cobertura passará a ser de 41% ficando um déficit de 38% que será necessário o planejamento para construção de no mínimo mais duas unidades de Creche sendo uma na zona urbana e outra na zona rural.

Tabela 4 – Cobertura em Pré Escola

REDE	2011	2012
Municipal Urbana	205	205
Municipal Rural	66	66
Total Municipal	271	271
Particular	19	19
Total	290	290

Fonte: Secretaria Municipal de Educação Paranaíta – INEP.

A taxa de cobertura em Pré Escola no Brasil em 2009 foi 80%, a meta é chegar aos 100% em 2020. (Fonte IPEA com dados PNAD 2009). Em Paranaíta está na média de 73% (cálculos médios pela estimativa de crianças de 0 a 5 anos IBGE – DATASUS 2010; 2011;2012). Fonte: Excelência Consultoria.

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Com a conclusão das obras de reforma, ampliação que estão sendo realizadas em escolas da zona urbana e rural, a oferta de vagas em Pré Escola poderá ser universalizada em Paranaíta, e chegar aos 100% de cobertura até 2014.

Tabela 5 – Ensino Fundamental “I”

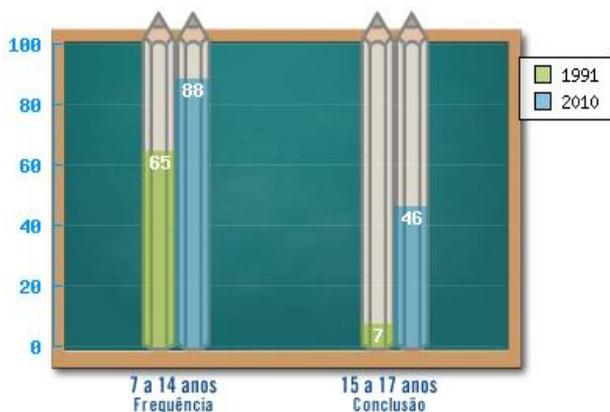
SITUAÇÃO/ANO	2011	2012
Matriculados	853	806
Evadidos	03	Não há.
Reprovados	28	Não há.

Tabela 6 – Ensino Fundamental “II”

SITUAÇÃO/ANO	2011	2012
Matriculados	733	694
Evadidos	08	Não há.
Reprovados	41	Não há.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação Paranaíta

Gráfico 03 - Taxa de Frequência e Conclusão Ensino Fundamental - 1991-2010

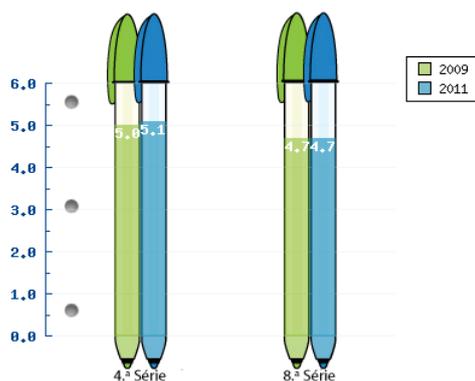


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 – Gráfico Portal ODM

NOTA

No município, em 2010, 11,6% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 46,3%. O percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos, em 2010, era de 98,2%. (Fonte: Portal ODM).

Gráfico 04 - Taxa do IDEB -2009/2011



Fonte: Ministério da Educação – IDEB – INEP – Gráfico Portal ODM

NOTA

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB é um índice que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado a crianças da 4ª e 8ª séries, podendo variar de 0 a 10.

A Rede Municipal em Paranaíta atingiu a meta em 2011 ficando com 5.0, ficando na 2.145.ª posição, entre os 5.565 municípios do Brasil, quando avaliados os alunos da 4.ª série, e na 495.ª posição, no caso dos alunos da 8.ª série.

Tabela 07 – Ensino de Jovens e Adultos (EJA)

SITUAÇÃO/ANO	2011	2012
Adolescentes de 15 á 19 Anos	01	02
Jovens 20 á 30 Anos	01	01
Adultos com mais de 30 Anos	18	34
TOTAL	20	37

Fonte: Secretaria Municipal de Educação Paranaíta

NOTA

O EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio em idade apropriada.

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Visando proporcionar mais qualidade no ensino, combater a evasão e o analfabetismo escolar, melhorar e ampliar o atendimento na área de educação o município de Paranaíta conta com serviço de: Transporte Escolar, atendendo na zona rural e urbana oferecendo maior conforto e qualidade na prestação do serviço à comunidade escolar. Atualmente o transporte escolar está assim distribuído: 09 veículos próprios que perfazem 09 linhas (rural/urbana) transportando cerca de 400 alunos; mais 18 linhas de transporte terceirizadas, sendo 16 para atendimento da zona rural e 02 para atendimento da zona urbana transportando cerca de 900 alunos. (Total de atendimento/mês 1300 alunos). Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Com o objetivo de adequar os ambientes escolares para que possa oferecer maior qualidade pedagógica, administrativa e atender a demanda ampliando ofertas de vagas, a Prefeitura esta promovendo com recursos próprios um grande pacote de obras em seis escolas municipais com reforma, ampliação e construção em alvenaria, sendo uma na zona urbana e cinco na zona rural. Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Com a ampliação da oferta de vagas na educação infantil e ensino fundamental, o município estará contribuindo para redução da evasão escolar, bem como diminuindo á médio prazo os índices de alunos frequentando salas de aula no EJA.



Vista Frontal do Centro de Educação Infantil “Creche” Criança Feliz



Obras de Ampliação – Escola Municipal Cristo Redentor

Eixo 3 – Provendo Vidas Saudáveis

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Ele abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. O município de Paranaíta desenvolve todos os programas e campanhas estabelecidos pelo SUS.

Tabela 8 – Número de Unidades de Saúde em Paranaíta

Tipificação	2011	2012
Posto de Saúde da Família – PSF	02	04
Farmácia Atenção Básica	01	01
Unidade Descentralizada de Reabilitação Jesus de Nazaré (UDR)	01	01
Hospital e Maternidade	01	01
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Paranaíta		

Com relação à tabela 8, descrevemos abaixo os serviços:

- Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF):** Serviço implantado em 01 de junho de 2008 realiza um trabalho junto às equipes de saúde da família. As atividades estão distribuídas em grupos e atendimentos individuais, conforme encaminhamentos das Equipes de Saúde da Família. Composição da Equipe: 01 psicóloga, 01 fisioterapeuta e 01 nutricionista.
- Unidade Descentralizada de Reabilitação Jesus de Nazaré (UDR):** Serviço implantado em março de 2007 atende as especialidades de fisioterapia ortopédica, neurológica, respiratória, psicologia e assistência social. Composição da Equipe: 01 psicóloga, 01 assistente social e 02 fisioterapeutas. A referência é o CRIDAC – Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Corrêa, localizado em Cuiabá.
- Farmácia Atenção Básica:** – Serviço implantado em 13 de novembro de 2006. Atualmente disponibiliza em média 200 tipos diferentes de medicações da farmácia básica, materiais de serviços gerais hospitalares, insumo de laboratório, insumo do consultório odontológico, material de consumo dos PSFs (desde anestésico até insumos), medicações de alto custo, e as medicações que não são contempladas na portaria da farmácia básica que a população necessita, fornecidos através do parecer social emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

Tabela 9 – Rede de Atenção Básica

Situação / Ano	2011	2012
Equipes do Programa de Saúde da Família	03*	04
Equipes de Saúde Bucal	02	02
Equipes de Agentes Comunitários de Saúde	03	04
Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF)	01	01

*2 unidades fixas e 01 equipe Itinerante

Nota:

O município conta com três ambulâncias.

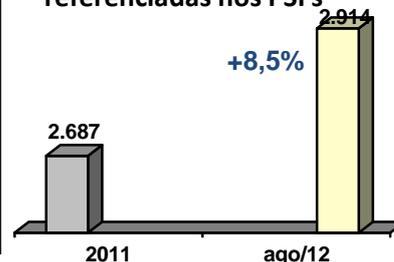
P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Tabela 10 – Localização/Famílias Referenciadas PSFs 2012

Localização / Referenciadas	Famílias
PSF I: Setor Industrial	751
PSF II: Jardim Esperança	608
PSF III: Zona Rural (Ass. São Pedro – Comunidade Sombra da Manhã 55 km do Centro da Cidade)	771
PSF IV: Centro	784
Total de Famílias Referenciadas	2.914

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Paranaíta

Gráfico 05 - crescimento de famílias referenciadas nos PSFs



Verificamos a ampliação significativa de 8,5% da cobertura em relação ao total de famílias referenciadas em 2011, a tendência é de aumento gradativo nesta demanda. Através do P.36, com financiamento da CHTP, foram construídas e equipadas duas unidades básica de saúde, PSFs (III e IV) inaugurados em 2012.

Esta sendo construída a sede própria da Secretaria Municipal de Saúde, com recursos próprios.

Gráfico 06 - Número de Consultas médicas nas especialidades médicas



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde - Paranaíta

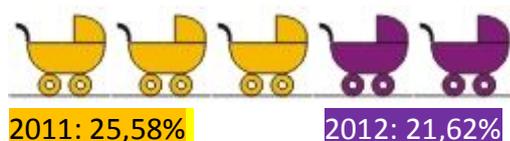
Tabela 11 – Partos notificados de Nascidos Vivos

SITUAÇÃO / ANO	2011	2012*
Total de Partos Notificados	129	74
Numero de mães adolescentes de 10 á 14 anos	0	0
Numero de mães adolescentes de 15 á 19 anos	33	16

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde - Paranaíta

* Janeiro á Junho

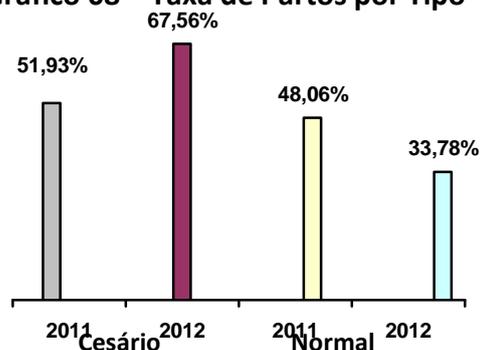
Gráfico 07 – Taxa de Crianças Nascidas de Mães Adolescentes



Em 2010 este percentual foi de 21,0%

Fonte: Ministério da Saúde - SINASC

Gráfico 08 – Taxa de Partos por Tipo



P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

A tabela e o gráfico acima revelam o alto índice de gravidez precoce no município de Paranaíta. A gravidez na adolescência pode decorrer de fatores de ordem social, econômica e psicológica, além da falta de oportunidades e de perspectiva de futuro por parte de jovens.

Muitas vezes a gravidez na adolescente coloca em risco a vida da gestante e do bebê, além de ocasionar consequências na família, provocando crises e conflitos, em parte resultantes da falta de recursos e preparo emocional da adolescente grávida para assumir tamanha responsabilidade. O conservadorismo e uma cultura patriarcal e machista fazem com que casos de gravidez na adolescência provoquem situações mais graves, como a saída da adolescente da escola e até mesmo a expulsão do convívio familiar.

Outro dado preocupante é o alto índice de partos do tipo Cesário, notificados em Paranaíta. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é campeão mundial de cesarianas. Enquanto o percentual recomendado pela autoridade é de 15%, a média nacional, de acordo com o Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) é de 52,2%. O parto normal ou vaginal tem vantagens sobre a cesariana. O corpo da mulher foi preparado para isso, à recuperação é muito mais rápida, há menor chance de hematomas, hemorragia, prematuridade do bebê e infecções. Fonte: Ministério da Saúde.

Os dados relacionados aos partos de mães adolescentes, notificados em Paranaíta devem despertar mais atenção sobre o tema da sexualidade na adolescência, nas escolas, nos serviços de fortalecimento de vínculos e convivência familiar e comunitária desenvolvidos pelo Programa de Atenção Integral a Família – PAIF no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e nos Projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura.

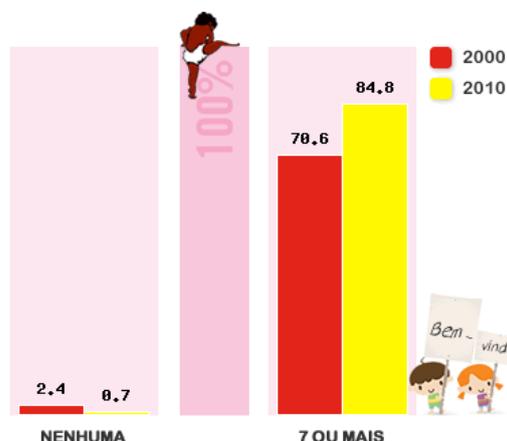
Tabela 12 – Mortalidade Infantil

SITUAÇÃO / ANO	2011	2012*
Número de óbitos de menores de 01 ano	03	01
Número de óbitos de crianças até 05 anos de idade	04	01
Número de nascidos vivo de mães com 04 ou mais consultas pré-natal	126	72

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde - Paranaíta

* Janeiro á junho

Gráfico 09 - Percentual de Crianças Nascidas Vivas por Número de Consultas Pré-Natal



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS 2010 – Portal ODM

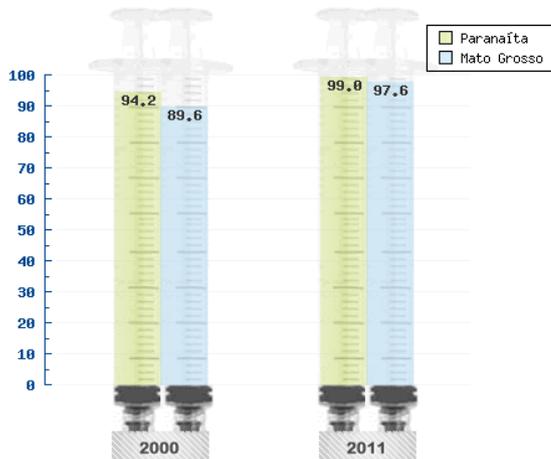
NOTA

- O Ministério da Saúde recomenda, no mínimo, seis consultas pré-natais durante a gravidez. Em Paranaíta a proporção de gestantes sem acompanhamento pré-natal, em 2010 foi de 0,7%, e as gestantes com 07 ou mais consultas foram 84,8%.
- Quanto maior o número de consultas pré-natais, maior a garantia de uma gestação e partos seguros, prevenindo, assim, a saúde da mãe e do bebê.

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Paranaíta em 2010 teve 100,0% dos partos de nascidos vivos, assistidos por profissionais qualificados de saúde. Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS 2010 – Gráfico Portal ODM.

Gráfico 10 - Percentual de Crianças Menores de 01 Ano com Vacinação em Dia



NOTA

Uma das ações importantes para a redução da mortalidade infantil é a prevenção através de imunização contra doenças infecto-contagiosas.

O gráfico revela que em 2011, 99,0% das crianças menores de 01 ano em Paranaíta, estavam com a carteira de vacinação em dia.

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – Gráfico Portal ODM

Paranaíta em 1999 contabilizava 5,1% de crianças menores 02 anos desnutridas. Em 2011, o número de crianças pesadas pelo Programa Saúde Família foi de 2.551, destas 0,5% estavam desnutridas. Em 2010 a taxa foi de 0,3%. Fonte: DATASUS.

Doenças Transmissíveis por Mosquitos

No município, entre 2001 e 2010, houve 803 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais 325 casos confirmados de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, 169 casos confirmados de leishmaniose, 309 notificações de dengue.

A taxa de mortalidade (a cada 100 mil habitantes) associada às doenças transmitidas por mosquitos no Estado, em 2010, foi de 1,3%. (Fonte: SIVEP Online e DATASUS)



Obra da Nova Sede - Secretaria Municipal de Saúde.

Eixo 4 – Proteção e Desenvolvimento Social

Para uma melhor compreensão do Desenvolvimento Social, trabalhamos com duas vertentes importantes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a **Rede de Proteção Social e o Sistema de Garantia de Direitos**.

A) Rede de Proteção Social:

A Rede de Proteção Social no âmbito municipal é uma aliança formada pelo e o Sistema de Garantia de Direitos – SGD e Rede de Serviços Socioassistenciais, pelas organizações representativas da sociedade, iniciativa privada e do governo municipal, com objetivo de enfrentar questões sociais estruturais que afetam o dia-a-dia da população do município. Se o 1º, 2º e 3º setores da sociedade estiverem articulados e assumirem o compromisso de trabalhar juntos para garantir maior eficiência das políticas sociais, evitando que cada entidade ou órgão de governo atue de forma isolada, com certeza reduziremos a desigualdade e ampliaremos o impacto social de nossas ações. Cabe ao estado incentivar a organização e a participação de toda a sociedade.

A formação desta aliança é ratificada no item “3” da Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, ressalta: *“Serviços Socioassistenciais da proteção social básica e proteção social especial (Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF) **executado pelo município**, devem estar articulados com os serviços públicos locais de educação, saúde (em especial, programas e serviços de reabilitação), cultura, esporte e, meio-ambiente, programas e projetos de desenvolvimento de talentos e capacidades; e outros conforme necessidades; (Conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos de segmentos específicos; Conselho Tutelar); Instituições de ensino e pesquisa; (Sistema de Garantia de Direitos; Rede de Proteção Social).*

Como podemos ver, fazer valer o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, os direitos de crianças e adolescentes, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, enfim direitos básicos de promoção da vida devem ser o primeiro desafio a ser enfrentado pela Rede de Proteção Social. A garantia desses direitos tem reflexos diretos na estrutura familiar e em áreas fundamentais como segurança pública, saúde, educação, cultura esportes e cidadania.

A atuação em rede propõe o entrosamento entre pessoas envolvidas diretamente na Assistência Social e no Sistema de Garantia dos Direitos: educadores, profissionais de saúde, assistentes sociais, dirigentes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil organizada, advogados, policiais, conselheiros públicos e tutelares, juízes, promotores de justiça, defensores públicos, além de lideranças empresariais e dos gestores municipais.

Em primeiro lugar vamos apresentar o perfil sociofamiliar das famílias atendidas pelos serviços socioassistenciais e beneficiadas pelos programas de transferências de renda; Depois os serviços, ações, projetos e obras para potencialização e fortalecimento de toda Rede e SGD, e para finalizar os dados das violações de direitos registradas pelos órgãos que compõe o SGD.

PERFIL SOCIOECONÔMICO FAMILIAR

As tabelas e gráficos a seguir demonstram o perfil da população atingida e beneficiada pela Rede de Proteção Social com os Programas: Projovem Adolescente, Bolsa Família – PBF e Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, através dos cadastros fornecidos pela Secretária Municipal de Assistência Social e de acordo com o Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico e da pesquisa de campo realizada com uma parcela de beneficiários destes programas no município de Paranaíta.

O Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (per capita) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Suas informações podem ser utilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais para obter diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, para desta forma, possibilitar a análise das suas principais necessidades. (Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS)

Projovem Adolescente: É um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (Projovem Adolescente) tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino. Isso é feito por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho.

Um ponto importante a ser ressaltado é sobre o Projovem, que em um primeiro momento a equipe técnica da SMAS nos repassou 17 Cadastros de Beneficiários e, informando que vinham sendo realizadas atividades com os mesmos. Com a pesquisa de campo percebemos que a população não tinha nenhum conhecimento sobre o programa e não encontramos os beneficiários. Somente na apresentação do Relatório Parcial de Atividades Mensal fomos informados que o Projovem estava inativo no município por não conseguirem formar os coletivos de acordo com as normas e regras estabelecidas no Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS.

A pedido do município, o Projovem foi cancelado em Paranaíta conforme notificação do MDS mês de outubro/2012. É oportuno ressaltar que o Projovem enfrenta problemas idênticos aos de Paranaíta em diversos municípios do Brasil.

Programa Bolsa Família (BPF): É um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Programa Bolsa Família foi implantado no Programa Fome Zero e agora integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseada na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

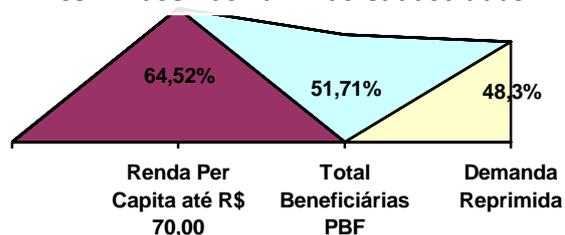
A pesquisa de campo foi realizada com 118 beneficiários do PBF conforme os cadastros repassados pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS. Tivemos muitas dificuldades para realização da pesquisa, tanto para o PBF e BPC, pois, recebemos da equipe técnica da SMAS informações divergentes e muitos cadastros estão desatualizados, com endereços errados e bairros não condizentes com o nome das ruas, o que dificultou muito a localização dos beneficiários.

Tabela 13 – Informações CadÚnico – Paranaíta

Informações 2012	Famílias
Total cadastradas no Município	1.491
Com renda per capita mensal de até R\$ 70,00	962
Com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo	1.363
Total de beneficiárias PBF	771

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – Paranaíta

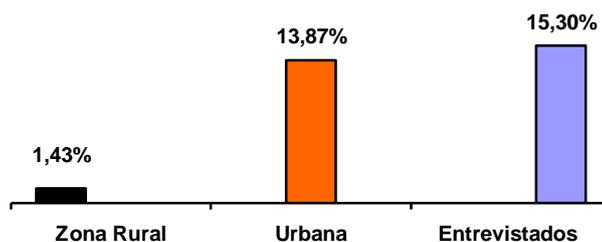
Gráfico 11
Percentual de Famílias de Baixa Renda com Base nas Famílias Cadastradas.



O total de famílias cadastradas com renda per capita entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 reais, pode não corresponder ao total de famílias que possuem perfil de ser atendida pelo BPF, e pode ser maior que o registrado. Isso ocorre porque só tem direito ao benefício as famílias que tem filhos entre 0 a 17 anos, de acordo com as condicionalidades do PBF.

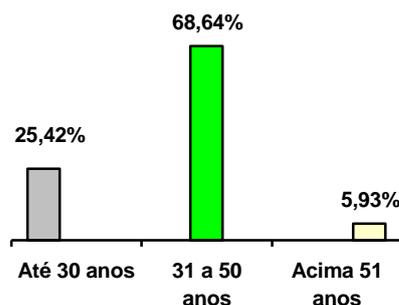
A pesquisa foi realizada com beneficiários residentes na zona urbana e rural, tendo os resultados demonstrados nos gráficos abaixo, e com alguns comentários quando necessários.

Gráfico 12 - Percentual de Entrevistados - PBF



PERFIL DOS ENTREVISTADOS PBF

Gráfico 13 - Faixa Etária



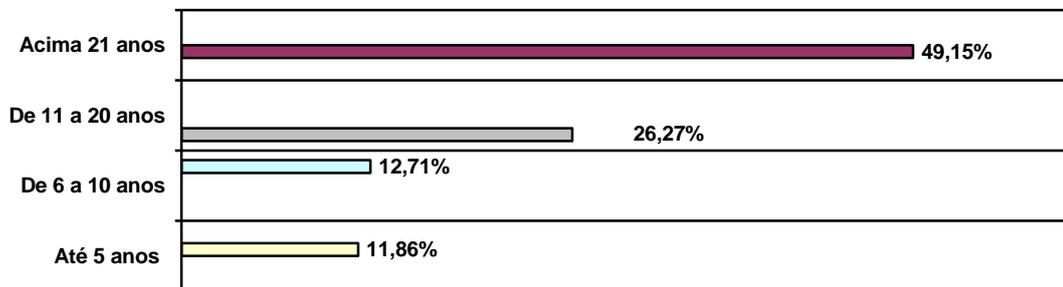
Nota:
 Apenas um entrevistado do sexo masculino.



Realização da Pesquisa de Campo

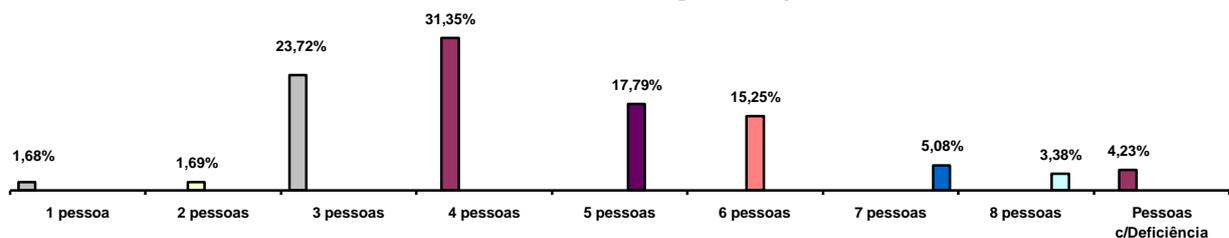
PERFIL SOCIAL DAS FAMÍLIAS PBF - PARANAÍTA

Gráfico 14 - Tempo de Residência em Paranaíta



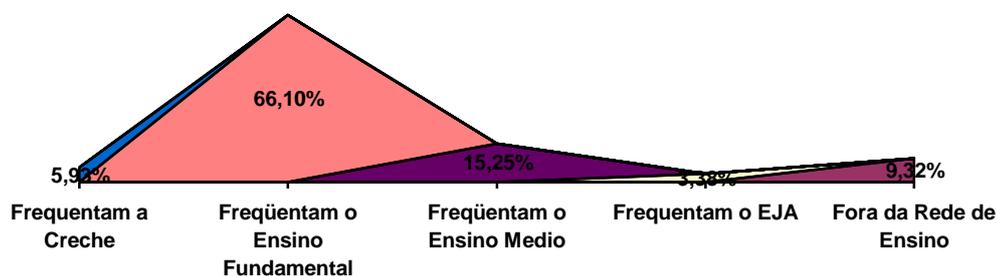
A pesquisa revela que 11,86% de famílias beneficiárias do PBF residem no município a menos de cinco anos e 12,71% de seis a dez anos. Estas taxas devem motivar uma pesquisa mais aprofundada para descobrir os motivos da vinda dos mesmos para o município, bem como os grupos residentes acima 10 e 20 anos que somam 75,42% e assim analisar porque estão nesta situação de vulnerabilidade social e desta forma planejar ações de potencialização e fortalecimento das famílias.

Gráfico 15 - Número de Integrantes por Família



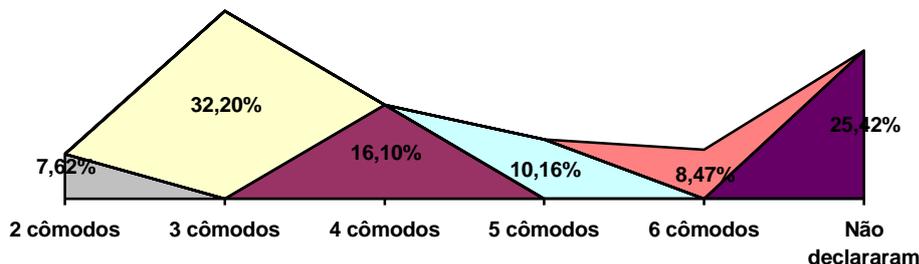
O gráfico 16 demonstra claramente que as famílias com mais de quatro pessoas residentes no mesmo domicílio somam mais de 70%, estando mais propensas a situação de pobreza.

Gráfico 16 - Grau de Escolaridade



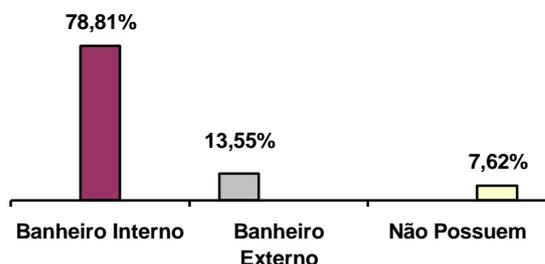
A taxa de 9,32% fora da rede de ensino reafirma os dados do censo demográfico em 2010: “A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 10,1%. Na área urbana, a taxa era de 8,6% e na zona rural era de 11,8%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 0,7%”. (Fonte; IBGE/2010)

Gráfico 17 - Número de Cômodos por Domicílio



Nota:
51% dos imóveis são de madeira e 49% em alvenaria.

Gráfico 18 - Banheiro ou Sanitário no Domicílio



Nota:
100% dos entrevistados na zona urbana declaram que tem rede de água canalizada, energia elétrica e coleta de lixo regular.

O Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava 89,2%, e o serviço de coleta de lixo com 94,2%, presente praticamente em todos os domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 45,0% dos domicílios e apenas 0,8% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

A pesquisa realizada com as famílias do PBF indica que na zona urbana o acesso a coleta de lixo e a cobertura de acesso a rede de água estão em 100% dos domicílios pesquisados.

O município de Paranaíta não possui rede coletora de esgotamento sanitário e muitos domicílios se querem possuem fossa séptica. Paranaíta não possui aterro sanitário para escoamento adequado do lixo, sendo os mesmos depositados em um espaço denominado "Lixão".



Situação de Moradias - Sanitários e Banheiros Externos

PERFIL ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS PBF - PARANAÍTA

Gráfico 19 - Situação do Imóvel

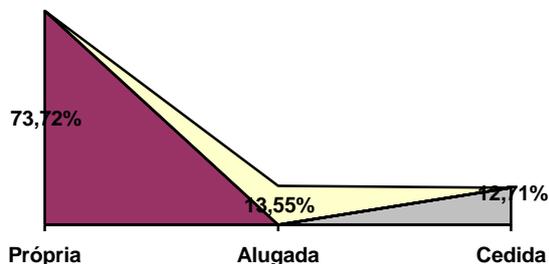


Gráfico 20 - Meio de Transporte Utilizado

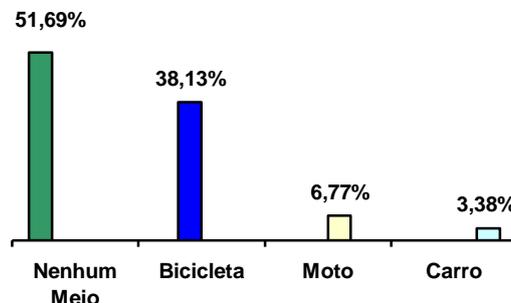


Gráfico 21 – Percentual de Família por Pessoas que Trabalham

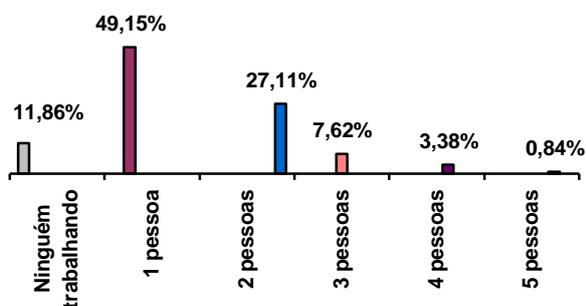
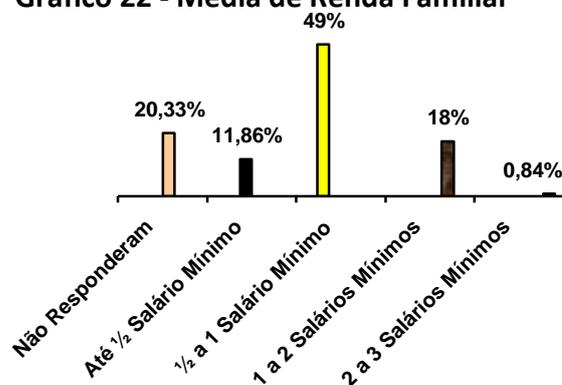


Gráfico 22 - Média de Renda Familiar



O Censo Demográfico de 2010 indicava que o município contava com 780 pessoas na extrema pobreza, sendo 421 na área rural e 359 na área urbana. Em termos proporcionais, 7,3% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (8,4% da população na extrema pobreza na área rural contra 6,4% na área urbana). (Fonte; IBGE/2010). Comparando os dados do Censo 2010 com os dados do perfil social e econômico nos gráficos, em especial a taxa de 18% de média de renda familiar entre um e dois salários mínimos e 0,84% a media de dois a três salários mínimos, nota-se que em algumas famílias as condições socioeconômicas não condizem com as condicionalidades do PBF, aparentam não estarem na linha de pobreza ou de extrema pobreza, possuem uma renda familiar estável e até mesmo bens materiais, comparados a outras famílias, que ao contrario não tem nenhuma renda, a não ser o dinheiro que recebem desse beneficio. Em detrimento destas disparidades outras que realmente precisam ainda estão na lista de espera.

Observamos a ausência no acompanhamento e fiscalização dos órgãos responsáveis pelo controle social conselhos públicos e da instalação da ICS – Instancia de Controle Social conforme normas e regras estabelecidas no Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome - MDS.

Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC: É integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, é pago pelo Governo Federal, cuja operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei, que permite o acesso de idosos e pessoas com deficiência às condições mínimas de uma vida digna. (Fonte: MDS).

Conforme informações da equipe técnica – SMAS, o município de Paranaíta contabilizou em Julho de 2012 o total de 258 Beneficiários do BPC, sendo 130 pessoas com deficiência e 128 idosos, sendo a última revisão e atualização cadastral foi realizada em 2010. Devido à desatualização dos dados a busca pelos usuários foi realizada de porta em porta, com isso constatamos que muitos ainda moram no mesmo endereço, outros não foram encontrados, e alguns já tinham até falecido e ainda constam na folha de cadastro. A pesquisa foi concretizada com 16 beneficiários, de acordo com os cadastros repassados pela equipe técnica - SMAS, sendo sete mulheres e nove homens residentes na zona urbana e teve os resultados demonstrados nos gráficos abaixo e com alguns comentários quando necessários:

PERFIL SOCIAL DAS FAMÍLIAS BPC - PARANAÍTA

Gráfico 23 - Média da Idade dos Beneficiários

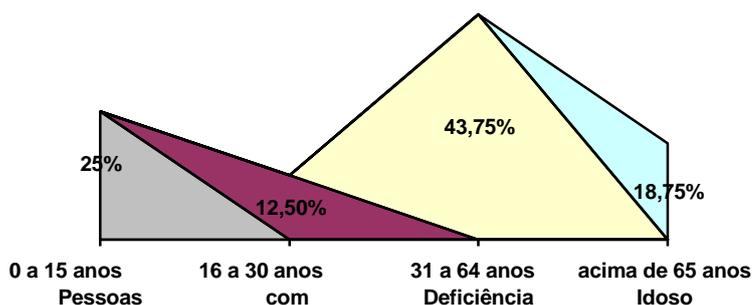


Gráfico 24 - Proporção por Tipo de Deficiência

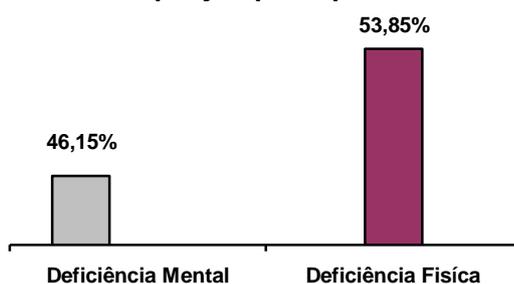
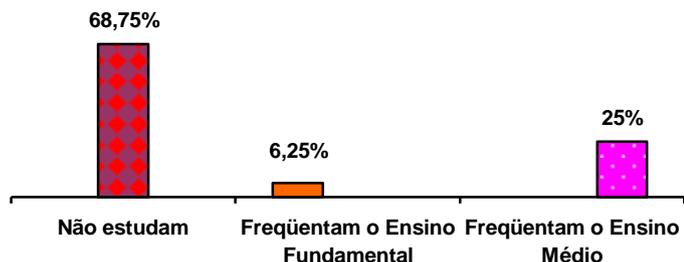


Tabela 14 – Classificação da Deficiência

Deficiência
Mental: Mancha no Cérebro, Epilepsia e Encefalite.
Física: Auditiva, Visual, Paralisia, Invalidez, Paraplegia, Tetraplégico.

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Gráfico 25 - Grau de Escolaridade Pessoas com Deficiência



A pesquisa revela que a maior proporção 81,25% dos beneficiários está em pessoas com deficiência, e destes, 68,75% estão fora da rede de ensino deve ser fonte de estudo e reflexão sobre a necessidade de escola inclusiva ou a criação de escola especial. O município não possui unidade da APAE ou Pestalozzi, entidades especializadas em educação especial.

Gráfico 26 - Média de Tempo de Residência em Paranaíta

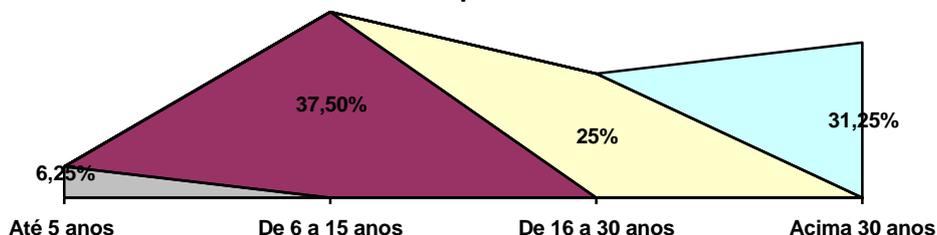


Gráfico 27 - Numero de Membros por Família no Domicílio

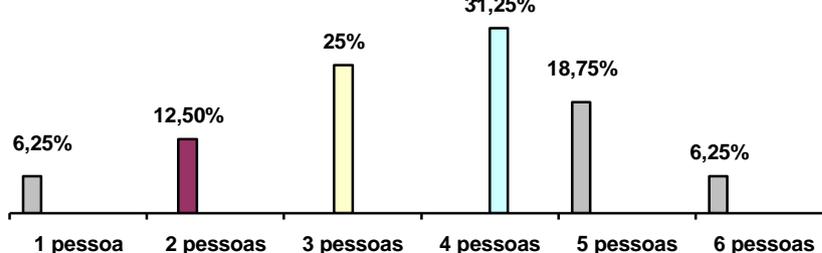


Gráfico 28 - Tipo da Residência

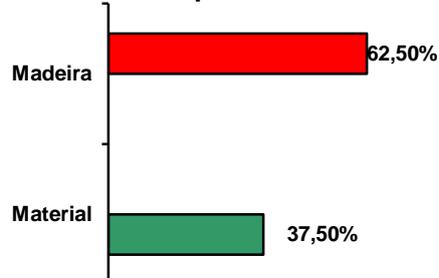


Gráfico 29 - Numero de Cômodos

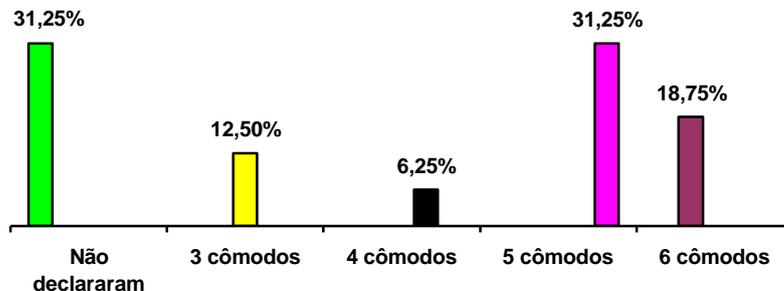
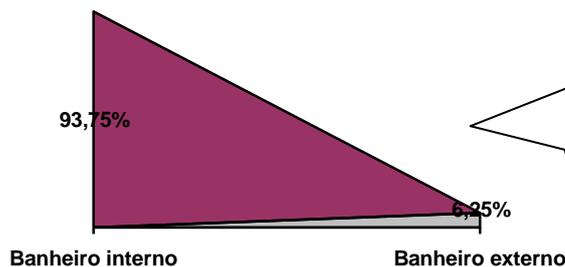


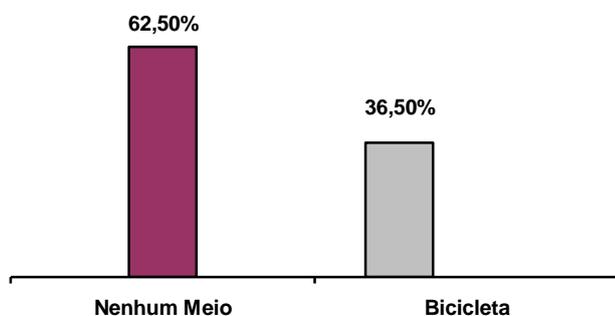
Gráfico 30 - Banheiro ou Sanitário no Domicílio



Nota:
100% dos entrevistados declaram que tem rede de água canalizada, energia elétrica e coleta de lixo regular.

PERFIL ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS BPC - PARANAÍTA

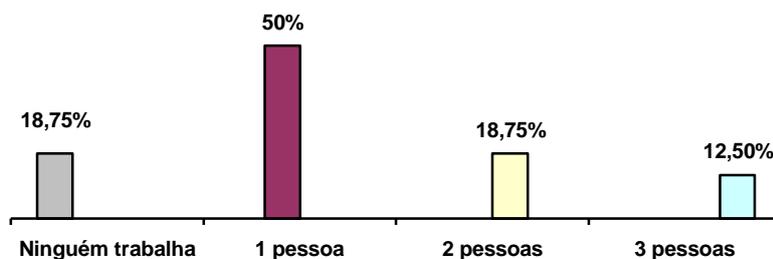
Gráfico 31 - Meio de Transporte Utilizado



Nota:

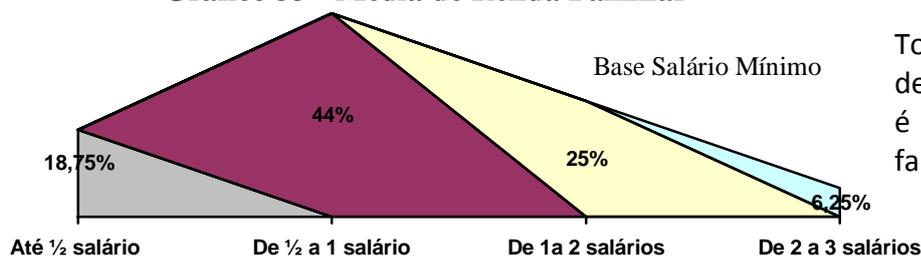
Muitas famílias reclamaram que os deficientes, na maioria das vezes não participam de atividades e outros até estão fora da sala de aula por falta de transporte. Apenas uma família declarou possuir carro.

Gráfico 32 - Número de Pessoas que Trabalham por Família



Perfil das Residências dos Entrevistados

Gráfico 33 - Média de Renda Familiar



Nota:

Todos os entrevistados declaram que a residência é de propriedade da família.

Durante a pesquisa de campo do PBF e BPC, na zona urbana deparamos em alguns bairros visitados próximos ou até mesmo no centro da cidade, com moradias em extrema vulnerabilidade, onde os banheiros não possuem sanitários, estão localizados na parte externa da residência em forma de casinha, ou seja, as chamadas privadas, muitos sequer tem fossa séptica, e não existe no Município Rede Coletora e Estação de Tratamento de Esgoto, ocasionando em algumas residências esgotos a céu abertos, havendo alagamentos na época chuvosa, conforme citado por moradores, podendo trazer prejuízos à saúde da população.

Na zona rural, em especial no Assentamento São Pedro, todos os assentados utilizam água de poço e também observamos que a maioria das residências também possuem banheiros externos, do tipo casinha (privadas), e algumas nem esta casinha possuem, ocorrendo na época da chuva grande risco de contaminação, pois não existe um tratamento adequado para estes poços. Outra grande preocupação é a questão da produção do lixo doméstico que não tem um lugar apropriado para o descarte do mesmo, que com o tempo se acumula nas propriedades trazendo prejuízos a saúde e ao meio ambiente.



Situação de Moradias - Sanitários e Banheiros Externos

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Apresentamos a seguir como, os serviços, ações, projetos e obras realizadas para o fortalecimento de toda a Rede e SGD, bem como os de proteção e atendimento executados pela Rede de Proteção Social e Rede de Serviços Socioassistenciais de Paranaíta:

Visando o fortalecimento da Rede de Proteção e Sistema de Garantia de Direitos, foi o motivo da realização da Oficina “Diagnóstico Social Paranaíta” como primeira ação do Diagnóstico Social.

A gestão municipal lançou um pacote de obras, com recursos próprios do tesouro municipal e também com a parceria do Governo Federal, promovendo a reforma, ampliação e construção de diversos equipamentos sociais. Obras da Educação citadas no Eixo 2.

Tabela 15 – Obras Lançadas em Paranaíta -2012

Descrição	Objetivo	Responsável	Local	Previsão Entrega	Recursos
Centro de Convivência para Criança e Adolescente	Atividades no Contra Turno Escolar. Serviços de Fortalecimento de Vínculos e Convivência Familiar e Comunitária.	Secretaria	Centro	Dezembro 2012	Governo Federal e Prefeitura
Centro de Convivência da Assistência Social	Realização dos Serviços de Fortalecimento de Vínculos e Convivência Familiar e Comunitária, com Pessoas com Deficiência, Idosos; Cursos de Capacitação e Treinamento.	Municipal de Assistência Social	Centro	Abril 2013	Prefeitura
Casa de Apoio ao Trabalhador Rural	Serviço de Acolhimento ao Trabalhador Rural de Paranaíta, em Transito para Tratamento Medico.	Social	Centro	Dezembro 2012	Prefeitura
Casa do Artesão	Promoção da Cultural Regional com a Geração de Trabalho e Renda.		Centro	Janeiro 2013	Prefeitura
Construção de Poço Artesiano	Fornecimento de Água de qualidade a população da Comunidade Vila Boa Esperança.	DAE Paranaíta	Zona Rural	Não Informado	Prefeitura

Fonte: Comissão Municipal de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico Social



Obras: Casa de Apoio ao Trabalhador Rural



Centro de Convivência da Criança e do Adolescente

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Com a implantação do P.36 – Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais houve o desencadeamento de diversas ações e obras de extrema importância para a população, potencializando e fortalecendo a Rede de Proteção Social, o Sistema de Garantia de Direitos e a Rede de Serviços Socioassistenciais. Através do P.36, a CHTP viabilizou a reforma, ampliação e a aquisição de equipamentos e mobiliários: - Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; - Unidades de Saúde; - Construção da Agência Previdenciária de Paranaíta, prédio onde funcionará o INSS; - Reformas e Ampliações de Escolas; Aquisição de Veículos, Ambulância, Maquinários; Equipamentos e Obras de Infra-Estrutura Urbana.

Através do P.36, também estão sendo realizadas Campanhas Educativas e Cursos de Capacitação para o Enfrentamento a Violência, Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. A realização deste Diagnóstico Social, também faz parte do P.36.

Mais dois Programas tem contribuído imensamente com a potencialização e fortalecimento da Rede de Proteção Social, através da realização de campanhas educativas, palestras, cursos, workshops e oficinas, beneficiando toda a comunidade local, sendo eles: Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais (P.37) e o Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo (P.38) – integram o Plano Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica Teles Pires e têm como objetivo oferecer ao setor produtivo local mecanismos que possam gerar renda e emprego. Com apoio técnico do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso (SEBRAE/MT).

Tudo isto está proporcionando, e irá proporcionar ainda mais, a melhoria no atendimento, ampliação e implantação de novos serviços, programas e projetos, bem como a ampliação da oferta de vagas na educação para a população da zona urbana e rural.



Inauguração do PSF III Assentamento São Pedro 29.09.2012



Inauguração da Reforma e Ampliação do CRAS 27.09.2012

Tabela 16 - Serviços e Projetos Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, Lazer - 2012

Serviço/Projeto	Objetivo	Beneficiários/Mês
Escolinha de Futebol	Despertar nas crianças e adolescentes o interesse pelas práticas de esporte e lazer promovendo o fortalecimento de vínculos e convivência familiar e comunitária, além de evitar a iniciação ao uso indevido de drogas. Faixa etária de 07 á 17 anos.	100
Escolinha de Voleibol	Despertar nas crianças e adolescentes o interesse pelas práticas de esporte e lazer promovendo o fortalecimento de vínculos e convivência familiar e comunitária, além de evitar a iniciação ao uso indevido de drogas. Faixa etária de 07 á 17 anos.	60
Escolinha de Futsal	Despertar nas crianças e adolescentes o interesse pelas práticas de esporte e lazer promovendo o fortalecimento de vínculos e convivência familiar e comunitária, além de evitar a iniciação ao uso indevido de drogas. Faixa etária de 07 á 17 anos.	120
Escolinha de Handebol	Despertar nas crianças e adolescentes o interesse pelas práticas de esporte e lazer promovendo o fortalecimento de vínculos e convivência familiar e comunitária, além de evitar a iniciação ao uso indevido de drogas. Faixa etária de 07 á 17 anos.	20
Projeto "GINGAÇO" Capoeira	Despertar nas crianças e adolescentes o interesse pelas práticas de esporte e lazer promovendo o fortalecimento de vínculos e convivência familiar e comunitária, além de evitar a iniciação ao uso indevido de drogas. Faixa etária de 07 á 17 anos.	20

Fonte: Comissão Municipal de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico Social

A oferta de atividades alternativas e atrativas no contra turno escolar, conseguem prevenir e evitar que crianças e adolescente tenham contato com drogas, sejam aliciadas ou sofram violências físicas, exploração ou abuso sexual, dentre outras violações de direitos. Este é o caminho a ser seguido para promoção, defesa e garantia dos direitos e principio da prioridade absoluta preconizados na Lei 8.069/90 – ECA.

Como atividades de Esporte, Lazer e Cultura á doze anos (mês de setembro) é realizado o Fest Praia, Festival de Praia de Paranaíta. Considerado maior Festival de Praia do Nortão, oferece lazer e diversão tanto aos moradores de Paranaíta quanto aos turistas vindos dos municípios vizinhos e de todo o estado.



Aula de Capoeira no CRAS



Escolinha de Futsal – Feminino

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Tabela 17 - Serviços e Projetos Secretaria Municipal de Saúde -2012

Serviço/Projeto	Objetivo	Beneficiários
Sorriso Saudável	Orientação a mães gestantes, crianças e adolescentes com palestras educativas para higienização bucal correta, bem como tratamento direto nas escolas. (Beneficiários/Mês= 1500)	1500

Fonte: Secretária Municipal de Saúde.

Tabela 18 - Serviços e Projetos Secretaria Municipal Educação - 2012

Serviço/Projeto	Objetivo	Beneficiários
Biblioteca Municipal	Proporcionar serviços bibliográficos e de informação permitindo o desenvolvimento adequado do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades científicas e culturais para população do Município de Paranaíta. No espaço da biblioteca possui um acervo de livros e um laboratório de tecnologia da informação disponibilizado para população contendo 10 (dez) computadores com acesso a internet. (Atendimento mensal estimado em 300 pessoas). Localização Região Central.	300

Fonte: Comissão Municipal de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico Social



Biblioteca Pública Municipal

Tabela 19 - Serviços e Projetos Secretaria Municipal de Assistência Social - 2012

Serviço/Projeto	Objetivo	Beneficiários/Mês
PAIF	Acompanhamento das famílias, oferecendo serviços de Fortalecimento de Vínculos e Convivência Familiar e Comunitária para beneficiários do Programa Bolsa Família. Local CRAS.	60
Pré Jovem	Desenvolver ações de fortalecimento de vínculos e preventivas para as crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino, na faixa etária de 07 a 15 anos, que se encontra em situação de risco social, com o envolvimento da família, escola e comunidade, com vistas à promoção social e cultural. São realizadas oficinas de Violão, Karatê e Pintura. Numero de Coletivos: 07 - Local CRAS.	45
“Especial é Viver a Vida”	Atendimentos a pessoas com deficiências, grupo “Especial é Viver a Vida” Com atividades que atendam as suas necessidades ampliando desenvolvimentos de outros sentidos e melhorando a auto-estima. Numero de Coletivos: 01 - Local CRAS.	22
Fortalecimento de Vínculos para Idosos	Desenvolver ações para Idosos do sexo feminino e masculino, com o envolvimento da família, escola e comunidade, com vistas à promoção social, cultural, educacional, de saúde, esporte e lazer. Numero de Coletivos: 02 - Local CRAS.	80
Fortalecimento de Vínculos para Mulheres	Desenvolve ações de promoção social, educacional, com oficinas de pintura e manicure para mulheres com vistas à geração de trabalho e renda. Numero de Coletivos: 04 – Local CRAS.	60
Ação Digital	Serviço de Fortalecimento de Vínculos e Convivência Familiar e Comunitária, visando eliminar o trabalho infantil e de adolescentes em atividades consideradas perigosas, insalubres e degradantes, possibilitando às crianças e adolescentes de 07 a 15 anos, a ampliação do universo sócio educacional e o desenvolvimento de suas potencialidades através da tecnologia da informação social-digital com acesso a internet (11 computadores). Local CRAS.	350

Fonte: Comissão Municipal de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico Social



Serviços de Inclusão Digital no CRAS

B) Sistema de Garantia de Direitos:

Conforme descrevemos acima, o Sistema de Garantia de Direitos – SGD faz parte de uma aliança entre a Rede de Proteção Social, Rede de Serviços Socioassistenciais, organizações representativas da sociedade, iniciativa privada e governo municipal. *(texto página 17)*.

O SGD é composto basicamente de três linhas de ação ou eixos estratégicos: Promoção, Defesa e Controle Social.

No Eixo da Promoção duas metas dever ser atingidas: a Deliberação e Formulação da Política de Atendimento ou Garantia de Direitos, priorizando o atendimento nas necessidades básicas da população através das políticas públicas e serviços essenciais, cumprindo o preceito constitucional exemplificado no Artigo 194 da Constituição Federal, *“A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”*.

A Defesa se dá através da responsabilização do Estado, da Sociedade e da Família, pela violação de direitos, não atendimento ou atendimento irregular dos direitos individuais ou coletivos em especial a crianças, adolescentes e idosos conforme legislação específica. Em Paranaíta o sistema de garantia de direitos local é composto pelo Conselho Tutelar, Conselhos Públicos de Garantia de Direitos, Polícias Civil e Militar.

Por fim o Eixo de Controle Social é um instrumento de vigilância, que irá atuar de forma articulada com o eixo da promoção e defesa, para garantir a efetivação dos direitos sociais, que depende da deliberação e da formulação para execução de políticas públicas, cujas linhas gerais também estão estabelecidas na Constituição Federal, o Art. 204, inciso II da Carta Magna de 1988, estabeleceu como diretrizes das ações governamentais, na área de assistência social, ***a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis***, por força de mandamento constitucional expresso no Art. 227 em especial nos **parágrafos: “1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas” - “7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no Art. 204”**. De acordo com as políticas do SUS – Sistema Único de Saúde, todos os Municípios devem ter constituído o Conselho Municipal de Saúde, que é o organismo de controle e avaliação das Políticas Municipais de Saúde.

Os Conselhos Públicos são espaços constituídos legalmente para promoverem o controle social, e têm a grande missão de elaborar os Planos e/ou Diretrizes, define parâmetros de gestão das Políticas Públicas, o que não impede a existência ou criação de outros espaços ou instâncias que também promovam o controle social. Em Paranaíta a Lei Complementar 013/2010, ressalta *“A administração contará com os órgãos colegiados formado pelos “Conselhos Públicos” que irão atuar em diferentes áreas contribuindo com a gestão municipal na formulação e controle das políticas públicas”*. Desta forma concluímos que a participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas é fundamental para que as mesmas se tornem mais eficazes.

A Comissão Municipal de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico, instalada em Paranaíta através da Resolução Conjunta CMDCA/CMAS nº 001/2012 é mais um importante instrumento de controle social implantado no município.

Tabela 20 – Relação dos Conselhos Públicos Constituídos em Paranaíta

Conselhos de Políticas Públicas Paranaíta – MT	Lei Municipal	Ano de Constituição
Conselho Municipal de Saúde – CMS	009/1993	1993
*Conselho Municipal do Bem Estar Social – CMBES	035/1993	1993
**Conselho Municipal da Educação – CME	125/1997	1997
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – COMDPI	158/1998	1998
Conselho Municipal de Cultura – CMC	218/2000	2000
Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente	248/2001	2001
***Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	264/2001	2001
***Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	301/2003	2003
Conselho Comunitário da Comissão Municipal de Defesa Civil	307/2003	2003
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	324/2003	2003
*** *Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente	379/2005	2005
*****Conselho Municipal do Trabalho – CMT	07/2006	2006
*****Conselho de Alimentação Escolar – CAE	231/2009	2009
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS	545/2009	2009
Conselho Municipal do FUNDEB	528/2009	2009
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	509/2009	2009
Conselho Gestor do FHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	504/2009	2009
*****Conselho Curador	458/2010	2010
*****Conselho Municipal do Programa Bolsa Família	563/2010	2010

Fonte: Comissão Municipal de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico Social

Observações da Tabela 20

- *Deve ser substituído pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- ** Inativo, conforme informação da Comissão Municipal de Avaliação e Acompanhamento do Diagnóstico Social;
- *** Conselhos em Duplicidade;
- ****O Conselho deve ser exclusivamente para Políticas Públicas do Desenvolvimento do Turismo;
- *****Criados por decreto;
- *****Deve ser substituído pela Instância de Controle Social – ICS; Guia de Políticas e Programas – MDS.

Fonte: Excelência Consultoria e Assessoria

Ter os conselhos criados legalmente, não significa que os mesmos estão ativos, ou seja, exercendo de fato e de direitos as suas atribuições e competências e muitas vezes não foram regulamentado ou sequer houve a nomeação e posse dos conselheiros.

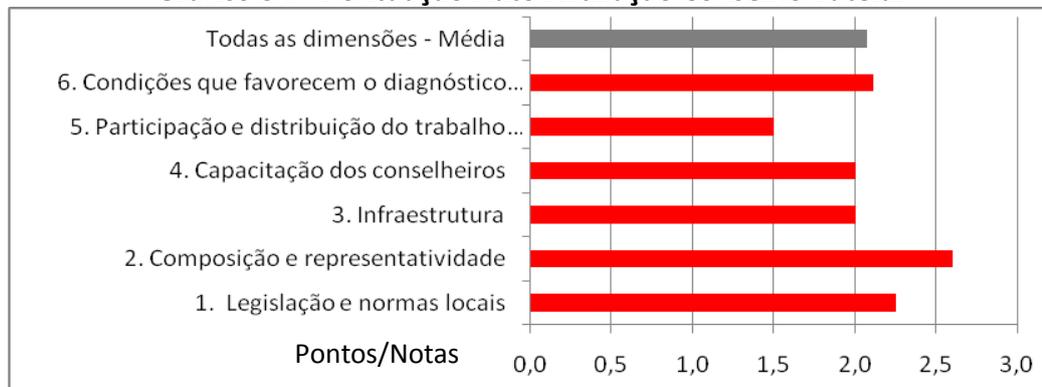


P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Com o objetivo exercitar o olhar auto avaliativo sobre as condições de estruturação e funcionamento dos conselhos, a partir das vivências, experiências e conhecimento dos próprios conselheiros no exercício de suas atribuições, foi realizado a Auto Avaliação no Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Paranaíta.

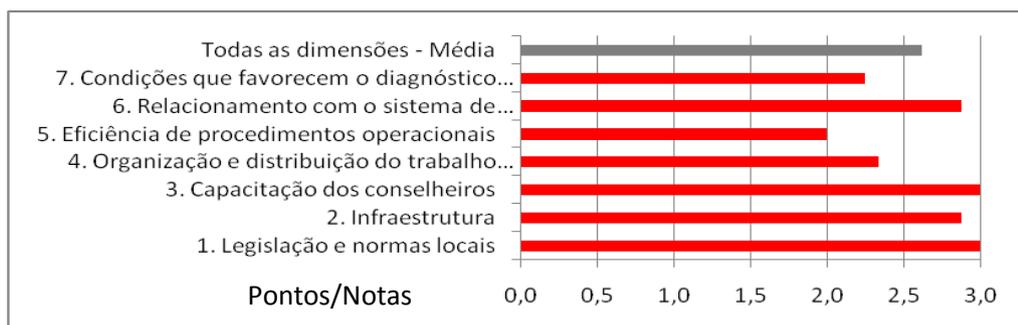
O instrumento de apoio para Auto Avaliação, foi criado especialmente para ser aplicado no Conselho Tutelar e CMDCA, podendo ser utilizado em qualquer outro Conselho de Políticas Públicas, podendo ser aplicado na forma individualizada ou coletiva. O instrumento contém seis dimensões para Conselho Tutelar e sete para os demais Conselhos Públicos, e cada uma delas contem alguns indicadores das condições e capacidades favoráveis para que os conselheiros possam obter êxito no exercício de seu papel. A pontuação ou nota para cada indicador vai de 0 á 3 pontos. O Instrumento para Auto Avaliação, foi extraído do Guia Conhecer para Transformar – Guia para diagnóstico e formulação da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes, *Pró-Menino Fundação Telefônica*.

Gráfico 34 – Pontuação Auto Avaliação Conselho Tutelar



Fonte: Excelência Consultoria

Gráfico 35 – Pontuação Auto Avaliação Conselho Tutelar



Fonte: Excelência Consultoria

Na Auto Avaliação do CMDCA a média final ficou em 2,1 pontos e do Conselho Tutelar em 2,6. Cabe agora uma reunião conjunta entre os dois conselhos para encontrar formas de superar as fragilidades de acordo com as pontuações mais baixa de cada dimensão.

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

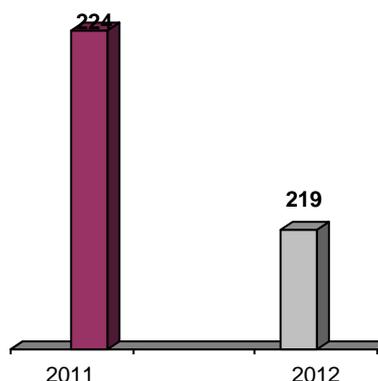
Apresentamos nas tabelas abaixo e gráficos abaixo os dados das violações de direitos e registro de ocorrências de violências registradas em Paranaíta, pelo Conselho Tutelar, Polícia Civil e Militar, nos anos de 2011 e 2012:

Tabela 21 – Relatório Anual Conselho Tutelar de Paranaíta

Atendimentos/Encaminhamentos do Conselho Tutelar		
Período	2011	2012
Novos Processos	48	57
Atendimentos/Encaminhamentos Realizados (cadastrados)	389	295
Caracterização da Violação		Período
Descrição	2011	*2012
Denúncias Recebidas e Verificadas	87	64
Visitas Domiciliares	91	99
Encaminhamentos para Defensoria Pública	09	05
Encaminhamentos para a Juíza	08	25
Requisição de exames de Conjunção Carnal	01	0
Encaminhamentos para Ministério Público	04	13
Acolhimento Institucional – Rita Bramati	02	01
Acolhimento Institucional – Casa Pinardi	0	01
Desabrigamento	02	0
Abuso Sexual	02	01
Requisição de Vagas em Escola - Creche	08	04
Requisição de Exames de Corpo Delito	02	0
Encaminhamentos a Psicóloga CRAS/ Saúde	08	06
Total	224	219

Fonte: Relatório de Atendimento Conselho Tutelar de Paranaíta. *Janeiro á Julho/2012

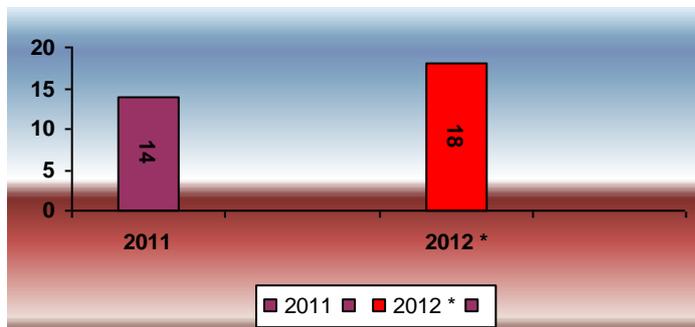
Gráfico 36 – Registro Atendimento Anual Conselho Tutelar



A tabela 21 e gráficos 37 visualizam o crescimento na demanda de atendimento do Conselho Tutelar registradas em 2012 em relação a 2011. Sendo perceptível que o aumento está relacionado aos encaminhamentos realizados. As situações de violações de direitos estão estáveis.

Gráfico 37

Atos Infracionais Cometidos por Adolescentes



Fonte: Delegacia Civil de Paranaíta

* Janeiro á 29.08.2012

Nota:

Se os registros continuarem crescendo nesta proporção até o final de 2012, o índice de aumento de atos infracionais ficará na média de 90% em relação a 2011.

As mais diversas pesquisas e publicações pesquisas sobre adolescentes autores de ato infracional, estão nos grupos de maior vulnerabilidade social, em via de regra, não freqüentam escolas. Os fatores de risco podem ser socioeconômicos e culturais, frutos de uma família desestruturada ou da fragilidade, falta de integração das políticas públicas de proteção integral e pela inoperância dos serviços públicos em geral.

Também revelam que nos casos onde são aplicadas as medidas Socioeducativa em meio-aberto de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida os índices de reincidência não ultrapassam 10% (dez por cento). A “Liberdade Assistida” e a “Prestação de Serviços a Comunidade”, estão previstas na Lei 8.069/90 – ECA.

Tabela 22 – Boletim de Ocorrência Polícia Militar – Paranaíta.

NATUREZA/TIPIFICAÇÃO	2011	2012
Ameaça	33	26
Furto (Geral)	70	48
Roubo	02	01
Homicídio	04	07
Tentativa de Homicídio	07	07
Trafico de Entorpecentes	04	01
Posse de Uso Entorpecente	04	05
Ocorrência de Trânsito	63	63
Porte e Posse Irregular de Arma de Fogo	11	04
Extravio de Documentos	09	04
Lesão Corporal e Vias de Fato	74	48
Tentativa/Estupro	01	01
Diversos	116	94
Total Geral	398	309

Fonte: Delegacia De Paranaíta

*Janeiro á 29.08.2012

Gráfico 38 – Registro de Ocorrências Anual Polícia Militar

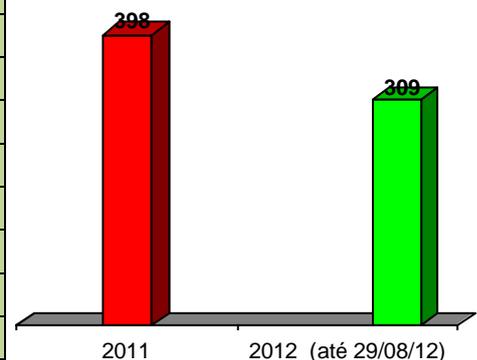
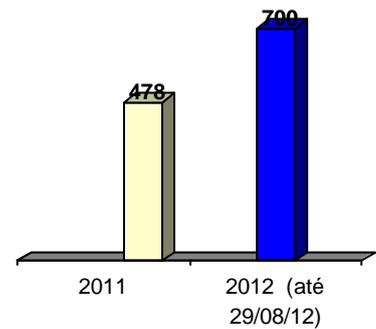


Tabela 23 – Boletim de Ocorrência Polícia Civil Paranaíta

NATUREZA/TIPIFICAÇÃO	2011	2012
Ameaça	46	63
Furto (Geral)	55	82
Roubo	01	05
Homicídio	03	09
Tentativa de Homicídio	02	08
Latrocínio	0	01
Trafico de Entorpecentes	01	03
Posse de Uso Entorpecente	0	07
Ocorrência de Trânsito	05	06
Porte e Posse Irregular de Arma de Fogo	01	04
Extravio de Documentos	206	305
Lesão Corporal e Vias de Fato	08	28
Tentativa/Estupro	01	04
Diversos	149	175
Total Geral	478	700

Gráfico 39 – Registro de Ocorrências Anual Polícia Civil



Fonte: Delegacia De Paranaíta

*Janeiro á 29.08.2012

As tabelas 23 e gráficos 40 visualizam o crescimento de ocorrências registradas em 2012 em relação a 2011. Sendo perceptível o aumento de Furtos, Roubo, Homicídio e Tentativa de Homicídio no período de oito meses computados em 2012.

Os dados acima requerem um olhar especial para a questão da violência no município, pelas pessoas que compões a Rede de Proteção Social e Sistema de Garantia de Direitos, promovendo o estudo de casos, visando à deliberação e formulação de ações de enfrentamento e combate a esta onda de violência.



Eixo 5 – Desenvolvimento Econômico

a) Panorama do Perfil Socioeconômico Familiar:

Comparando os dados do gráfico abaixo com os dados dos beneficiários do PBF e BPC, verificamos que o perfil sociofamiliar estão na média com a proporção apresentada pelo Censo 2010.

Gráfico 40 – Perfil Socioeconômico Familiar



Nota:

Segundo o IBGE o município de Paranaíta entre 1991 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo reduziu em 6,8%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 20%. Fonte: Portal ODM

Fonte: IBGE - Censo Demográfico – 2010 – Gráfico Portal ODM

b) Panorama da Produção:

A estrutura econômica do setor produtivo estava praticamente estagnada, de 1991 á 2000, voltando a crescer gradativamente registrando maior índice entre 2005 e 2009. O IBGE registrou neste período o crescimento de 102,5% do Produto Interno Bruto – PIB O setor de serviços foi o que apresentou crescimento significativo nos últimos cinco anos ficando com 36,1% do PIB do município e agricultura responsável por 52,4%.

Gráfico 41 – Demonstrativo do PIB em 2009



O PIB de Paranaíta saltou de R\$ 69,1 milhões em 2005 para R\$ 139,9 milhões em 2009. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,18% para 0,24% no período de 2005 a 2009. Fonte: Boletim – MDS

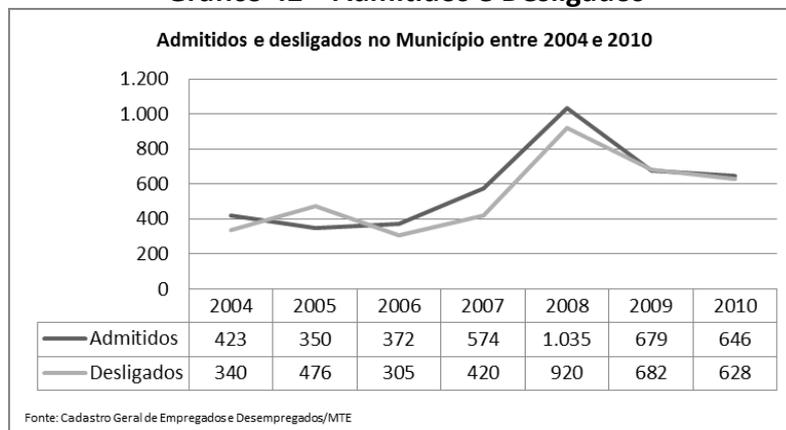
c) Panorama do Mercado de Trabalho:

Tabela 24 – Proporção Renda de Pessoas Ocupadas em Paranaíta

Indicadores Percentuais – 2010	%
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas.	84,8
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com renda até 1/2 salário mínimo.	9,95
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com renda de 1/2 até 01 salário.	24,6
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com renda de 01 até 02 salários.	17,7
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com renda de 02 até 05 salários.	8,28
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com renda de 05 até 10 salários.	1,71
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com renda de 10 até 20 salários.	0,58
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com renda mais de 20 salários.	0,2
Pessoas sem renda	36,7
Fonte: IBGE 2010	

Com relação à inserção no mercado de trabalho, havia menor representação das mulheres, a inserção no mercado formal era de 23,9% em 2011. O percentual do rendimento feminino em relação ao masculino era de 62,3% em 2011, independentemente da escolaridade. Entre o nível superior o percentual passa 31,9%. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS 2011.

Gráfico 42 – Admitidos e Desligados



A Agropecuária foi o setor com maior volume de empregos formais, com 424 postos de trabalho, seguido pelo setor de Administração Pública com 273 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 56,9% do total dos empregos formais do município.

O mercado de trabalho formal do município apresentou em cinco anos, saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 323. No último ano as admissões registraram 646 contratações contra 628 demissões. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 1.224 postos, 36,2% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 38,9% no mesmo período. Fonte: Boletim MDS

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

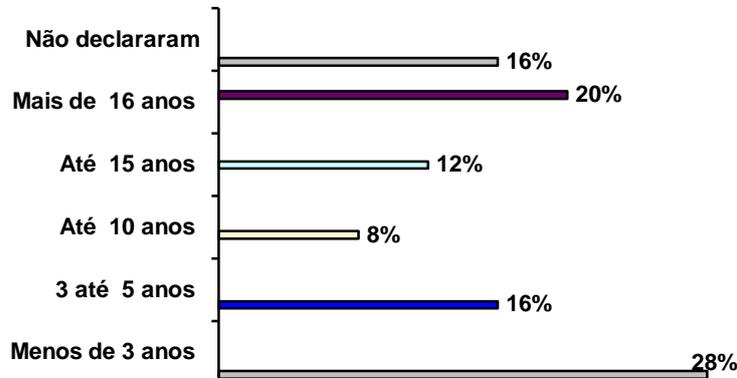
Com o objetivo de termos uma pequena amostra atual da economia local, realizamos uma pesquisa de campo na cidade com 25 empresas em variados setores do comércio e serviços. Das empresas entrevistadas 03 são exclusivamente de prestação de serviço, 17 exclusivamente comércio e 05 comércio e serviço.

Tabela 25 - Empresas Pesquisadas / Ramo de Atividade

Ramo de atividade	Quantidade	Ramo de atividade	Quantidade
Auto Peças, Mecânica e Vendas de Motos	02	Comercio de Maquinas e Implementos Agrícolas	01
Posto de Combustível	02	Vendas de Colchões	01
Restaurante	01	Variedades	02
Material de Construção	01	Caça e Pesca	01
Mercearia	01	Foto e Vídeo	01
Farmácia	02	Agropecuária e Veterinária	02
Confecções, Calçados e Acessórios	02	Hotelaria	02
Panificadora	02	Supermercado	01
Serviço de Funerária	01	Total de Empresas Pesquisadas	25

Fonte: Excelência Consultoria e Assessoria

Gráfico 43 – Percentual por data de abertura /constituição



Nota:

Das 25 empresas pesquisadas, 01 foi constituída em 2010, 02 em 2011 e 02 em 2012, 04 não declararam o ano de constituição.

Gráfico 44 – Percentual por Tipo de Empresa

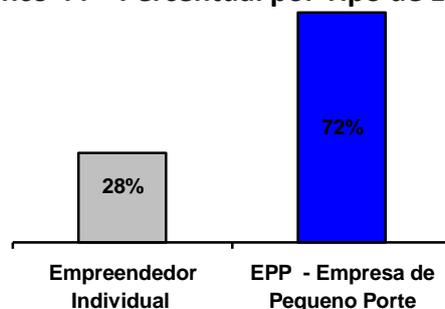
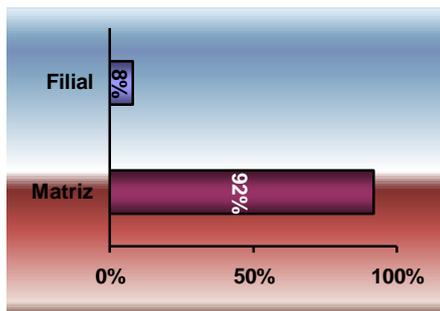


Gráfico 45 – Taxa de Empresas Filiais



Nota:

Dos entrevistados, 8% são empresas que possui sua matriz em outros municípios do estado, e 92% possui apenas a unidade matriz em Paranaíta e não possuem filiais.

Gráfico 46 – Proporção por Tipo de Atividade

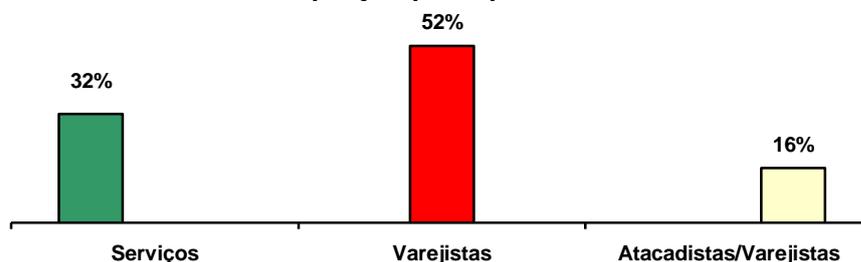
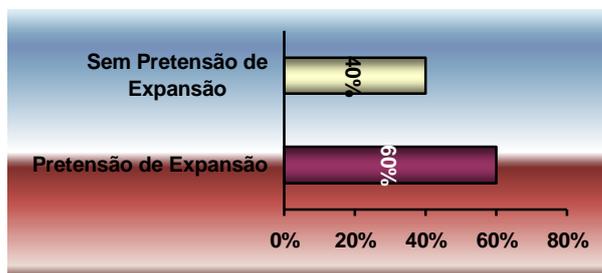


Gráfico 47 - Perspectiva de Crescimento



Nota:

60% dos empreendedores responderam que tem planos de expansão dos negócios, como ampliação do estabelecimento e contratação de pessoal.

As 25 empresas geram 187 empregos diretos. As mulheres ocupam 40,64% dos postos de trabalho. Familiares representam 31%. A maior empregadora gera 21,39% dos postos de trabalho. Somente uma tem no seu quadro de colaboradores uma pessoa com deficiência.

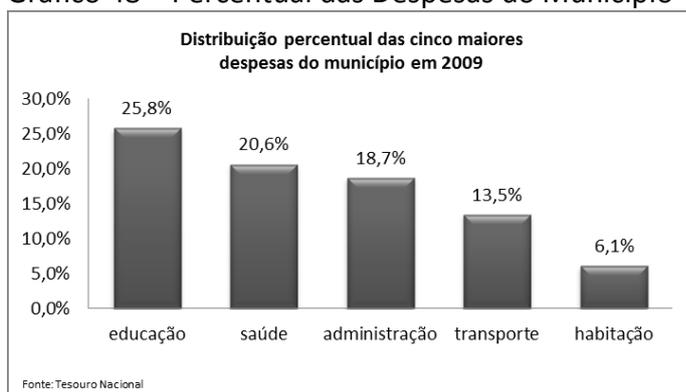
A pesquisa e os depoimentos dos entrevistados revelam e confirmam que as obras de construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, trouxe a instalação de novas empresas, a contratação de mão de obra local e regional, e a chegada de trabalhadores de outras regiões do país, provocou um aquecimento na economia em Paranaíta e na região, promovendo um aumento significativo nas vendas e na prestação de serviços, conseqüentemente houve a abertura de novas empresas e a ampliação da oferta de vagas no mercado de trabalho formal.

O crescimento no município é visível, no setor da construção civil, muitas obras comerciais e residenciais estão em andamento. O setor financeiro em Paranaíta que até Março de 2012 contava com apenas um Posto de Atendimento Bancário (Bradesco) e uma Casa Lotérica, agora conta com uma agência da Cooperativa de Crédito (SICRED) inaugurada no mês Abril, no mês de Outubro foi inaugurada a agência da Caixa Econômica Federal e está em fase final à obra para instalação da agência do Banco do Brasil. Isto reflete muito bem o desenvolvimento econômico.

Eixo 6 – Finanças Públicas

Finanças Públicas refletem nitidamente o crescimento da economia no município. A confirmação concreta do crescimento da economia em Paranaíta está destacada na Lei Orçamentária Anual – LOA, que em 2011 teve sua Receita Bruta inicial estimada em R\$ 21 milhões e Receita Líquida de R\$ 19,6 milhões, sendo executado e liquidado R\$ 20,5 Milhões, apresentando um Superávit de 5,12%. Para 2012 a estimativa é R\$ 32 milhões tendo um incremento na receita de 50,05% em relação ao ano anterior.

Gráfico 48 – Percentual das Despesas do Município

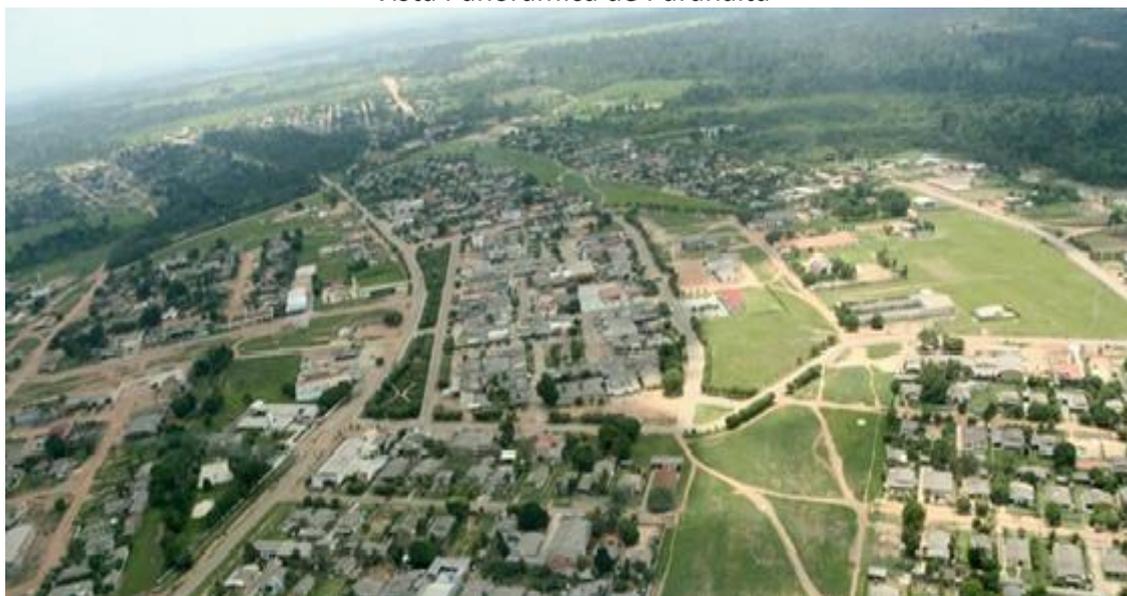


Nota:

As despesas com educação, saúde, administração, transporte e habitação foram responsáveis por 84,74% das despesas municipais. Na Assistência Social, as despesas alcançaram 2,22% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%. Fonte: Boletim – MDS

Analisando o Balanço Financeiro/2011, verifica-se que Assistência Social em Paranaíta novamente fica com menor índice de investimento com a taxa de 3,25% em relação ao total geral de despesas orçamentárias liquidadas. Para 2012 está estimado em 3,64%.

Vista Panorâmica de Paranaíta



Fonte: Site Prefeitura

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Eixo 7 – Diretrizes e Metas

Nas tabelas abaixo apresentamos algumas propostas de Diretrizes/Metas que julgamos necessárias para superação dos problemas encontrados e expostos em cada eixo estratégico de linha ação.

O objetivo de apresentar estas diretrizes é contribuir de forma eficaz com o Planejamento das Ações do Município e não apenas apresentar os dados coletados.

Tabela 26 - Eixo 1 – Marcos: Legal e Situacional			
Problemas	Diretrizes/Metas	Responsáveis	Recursos
1 – Existências Conselhos Públicos: Criados por Decretos, Inativos, em duplicidades de competências.	1.1 - Revisão da Legislação dos Conselhos Públicos existentes no Município. 1.2 - Reativação do Conselho Municipal de Educação	Procuradoria Jurídica Articulação dos Conselhos	Não há Demanda
2 – Poucos ou Ausência de Planos Municipais Setoriais.	2 - Elaboração dos Planos Municipais Setoriais para a Deliberação e Formulação das Políticas Públicas.	Conselhos Públicos – Rede	Não há Demanda

Tabela 27 - Eixo 02 - Acesso a Educação de Qualidade			
Problemas	Diretrizes/Metas	Responsáveis	Recursos
1 - 38% de Crianças de 0 a 03 anos (Zona Urbana e Rural) sem acesso a Educação Infantil “Creche”.	1 - Construção de 02 unidades de Creche. Ampliação da Oferta de Vagas em Creche até 2014.	Secretaria Municipal de Educação	Tesouro Municipal

Tabela 28 - Eixo 03 – Provendo Vidas Saudáveis			
Problemas	Diretrizes/Metas	Responsáveis	Recursos
1 - Alto índice de Partos Notificados de Mães Adolescentes. 2 – Alto índice de Partos Notificados do Tipo Cesário.	1 - Realização de Campanhas Educativas para Evitar a Gravidez na Adolescência. 2 Realização de Campanhas Educativas incentivando a opção do Parto Normal para as Mães Gestantes.	SMS Parcerias: - Rede de Proteção e de Serviços Socioassistenciais e SGD	Fundo Municipal de Saúde e FIA.
3 - Residências sem Banheiros, Sanitárias e outras com Banheiros e Sanitários externos e inadequados – Várias sem Fossa Séptica (Zona Urbana e Rural)	3 - Adesão ao Plano Nacional de Saneamento Básico - Programa Melhorias Sanitárias Domiciliares do Governo Federal Criação de Programa Municipal de Construção de Sanitários e Banheiros em Alvenaria e Fossas Sépticas.	SMS Parceria SMAS	FUNASA ou Tesouro Municipal

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Tabela 29 - Eixo 04 – Proteção e Desenvolvimento Social			
a) Rede de Proteção Social e de Serviços Socioassistenciais			
Problemas	Diretrizes/Metas	Responsáveis	Recursos
1 - Alto índice de Partos Notificados de Mães Adolescentes. (Eixo 03)	1- Implantação de Serviço de Fortalecimento Vínculos exclusivo para Mães Adolescentes, com inclusão de mães gestantes adultas do PBF e BPC, com fornecimento Kits de Enxoval para o Bebê.	Secretaria Municipal De Assistência Social	FMAS PAIF IGD – PBF
2 – Desatualização Cadastral – PBF e BPC	2 - Revisão Cadastral em 100% dos Beneficiários do PBF e BPC.		
3 – Permanência dos Beneficiários do PBF em situação de Pobreza.	3 - Ampliação dos cursos de inclusão social e produtiva, para potencialização e fortalecimento das famílias, com a geração de trabalho e renda.	CRAS – PAIF	
4- Poucos Serviços de Atendimento para Pessoas com Deficiência e Idosas.	4- Implantação ou extensão dos Serviços no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.	Secretaria Municipal de Assistência Social CRAS – PAIF	Fundo Municipal Assistência Social e PAIF
5 – Ausência de Pessoas com Deficiência nos Serviços ofertados, bem como em Sala de Aula.	5 – Elaborar um plano de uso compartilhado do Veículo Especial DOBLO FIAT e do Ônibus com elevador para Transporte de Pessoas com Deficiência. (Veículos Entregues pela CHTP em Março/2012)	SME e SMAS	Não Há Demanda
6 – Existência de Registros de Ocorrências de Atos Infracionais praticados por Adolescentes.	6 - Criação de Programa de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Tesouro Municipal FIA FMAS
b) Controle Social e Sistema de Garantia de Direitos			
1 - Pouca ou ausência de fiscalização dos Beneficiários do PBF e BPC.	1 - Criação e instalação da Instância de Controle Social – ICS, conforme Guia de Políticas e Programas – MDS; (Não requer recursos financeiros).	Secretaria Municipal de Assistência Social	Não Há Demanda
2 – Elevação no Índice de Violência no Município.	2 - Criação e Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal GGIM.	Gabinete do Prefeito	Tesouro Municipal
3 – Baixa Atuação dos Conselhos Públicos, Desarticulação do SGD e da Rede de Proteção Social.	3 - Realização de Cursos de Capacitação e Treinamento para Integrantes da Rede de Proteção e SGD e Técnicos da Prefeitura.	Secretaria de Governo, Articulação das Secretarias	Tesouro Municipal ou Parcerias

Tabela 30 - Eixo 5 – Desenvolvimento Econômico			
Problemas	Diretrizes/Metas	Responsáveis	Recursos
1 - Baixa participação de Mulheres no Mercado Formal.	1 - Ampliação ou Criação de Programas - Cursos de Capacitação exclusivo para Mulheres.	SMAS	FMAS - PAIF

Tabela 31 - Eixo 6 – Finanças Públicas			
Problemas	Diretrizes/Metas	Responsáveis	Recursos
1 - Baixo Investimento na Assistência Social.	1 - Analisar a possibilidades de destinar mais recursos para as Políticas Públicas de Assistência.	Secretarias Municipais: Planejamento Finanças e SMAS	Tesouro Municipal - Fundos Específicos

6 – CONCLUSÃO

A elaboração do Diagnóstico Social de Paranaíta é marco importante na gestão municipal, vindo ao encontro do que estabelece a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB SUAS, que ressalta de forma especial nas paginas 100 e 102 os Requisitos para Gestão Básica e para Gestão Plena: “g) Realizar diagnóstico de áreas de vulnerabilidade e risco, a partir de estudos e pesquisas realizadas por instituições públicas e privadas de notória especialização (conforme a Lei 8.666, 21/06/1993)”, sendo ratificada na NOB SUAS de 10.10.2012 em seu Capítulo III “Planos de Assistência Social”, Artigo 16º “A realização de diagnóstico socioterritorial, a cada quadriênio, compõe a elaboração dos Planos de Assistência Social em cada esfera de governo”. *Parágrafo único: O diagnóstico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades”.*

Este documento tem um enorme potencial para o processo de planejamento público, tendo como finalidade subsidiar os Conselhos Públicos Setoriais, instâncias do Governo Municipal, Legislativo Municipal e a Sociedade Civil Organizada, na elaboração e revisão dos Planos de Políticas Públicas Municipais, elaboração do Plano Plurianual- PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

É oportuno ressaltar que os trabalhos foram realizados com o esforço conjunto dos técnicos da CHTP, e dos mais diversos integrantes da Rede de Proteção Social, do Sistema de Garantia de Direitos e da equipe técnica da Rede de Serviços Socioassistenciais, e das diversas secretarias municipais, em especial aos que fazem parte da Comissão Municipal de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico Social. A Comissão Municipal terá papel preponderante no acompanhamento, avaliação e monitoramento do diagnóstico, efetuando os ajustes necessários de acordo com as mudanças ocorridas na realidade social do município, por isso, é essencial que o trabalho desencadeado pelo diagnóstico não seja descontinuado.

Este processo de planejamento público deve ser empoderado pelos integrantes da Rede de Proteção Social e do Sistema de Garantia de Direitos, contribuindo sobremaneira na deliberação e formulação das políticas públicas, visando sempre à melhoria na qualidade de vida da população.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Constituição Federal/88.

Guia Conhecer para Transformar – Guia para diagnóstico e formulação da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes; *Pró-Menino Fundação Telefônica*.

Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Lei Estadual nº 4352, de 04-10-1981

Lei Complementar Municipal N.º 013/2010

Resolução 109/Conselho Nacional de Assistência Social - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Site: Companhia Hidrelétrica Teles Pires

Site: DATASUS

Site: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Site: Ministério do Desenvolvimento Social

Site: Portal ODM – Objetivos do Milênio.

Site: Prefeitura de Paranaíta

ANEXO I – PROGRAMAÇÃO: OFICINA DE CAPACITAÇÃO “DIAGNÓSTICO SOCIAL PARANAÍTA” - 27 /07/2012.

PROGRAMAÇÃO: OFICINA DE CAPACITAÇÃO
“**DIAGNÓSTICO SOCIAL PARANAÍTA**”
27 de Julho de 2012

Matutino

7:30h as 8:00h Recepção e Credenciamento dos participantes;

8:15h: Abertura: Dinâmica de Grupo “Encontrando um Norte”

8:30h: Palestra Reflexões: “Ética nas Relações Sociais” Consultora Assistente Social e Professora Francismeiry Cristina de Queiroz”;

9:15h: Palestra “Gestão de Políticas Públicas: Diagnóstico; Planejamento e Monitoramento” Consultor e Empreendedor Social Adm. Natalício Menezes;

10:00h Intervalo

10:15h: Orientação: “Guia de Políticas e Programas – MDS e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais “Resolução 109 CNAS”; Mediadores Francismeiry Cristina de Queiroz e Natalício Menezes;

11:00h: Almoço.

Vespertino

13:00h: Palestra “Atribuições e Competências do Conselho Tutelar” Consultor Adm. Davino Arruda;

14:00h Palestra “Trabalho em Rede: Sistema de Garantia de Direitos e Rede de Proteção Social” Consultor Adm. Natalício Menezes;

15:00h: Intervalo

15:15h: Dinâmica em Grupo: Performances práticas dos temas abordados;

16:00h: Roda de Conversação: “Avanços, Conquistas da Política de Assistência Social”; Mediadores: Natalício Menezes; Davino Arruda e Francismeiry Cristina de Queiroz;

17:00h: Encerramento.

Realização: 

Hidrelétrica
TELES PIRES



Execução:



ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA: OFICINA DE CAPACITAÇÃO “DIAGNÓSTICO SOCIAL PARANAÍTA”.

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais



P. 36 – Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais.

LISTA DE PRESEÇA

Evento: Oficina de Capacitação: “Diagnóstico Social Paranaíta”

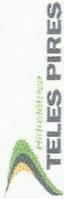
Data: 27 de Julho de 2012

Horário: Início 8:00h Final: 17:00h

Local: Auditório “Câmara de Vereadores Paranaíta”

Nº	NOME	ENTIDADE/ORGÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Adriani Massoni	Sec. de Educação	3563.2022	adriani.massoni@gmail.com	Adriani Massoni
02	Maucha Mazzuchetti	CHTP	3563.1465		
03	Apelina Carli's Aparecida	SEC. AGRICULTURA	3463.2186	apelina.carli's@unioeste.br	
04	Fabio Brandão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	3563.1465	FABIO.BRANDAO@SECRETARIADEEDUCACAO.COM.BR	Fabio Brandão
05	ÉMOQUE MARCA PAZ	NOTARY	8435.3791	emoque.marca.paz@hotmail.com	
06	Amorim apê de M. Gama	Sec. Educação	8401.2039	amormarcelo@net.com.br	
07	Aquino m. de Moraes	015 PMUP	9752.1290	aquinomoraes@hotmail.com	
08	Sônia C. de Souza	Conselho Tutelar	8404.9536		
09	Márcia C. de Almeida	Creche JK	8409.5106	marcia.almeida@net.com.br	
10	Eliziane Eustáquio Favetti	Sec. Saúde	8428.3832	eliziane.favetti@hotmail.com	
11	Wilson S. Santos		9223.3030	wilson.santos@unioeste.br	
12	Olivia Gaielli de Oliveira		9206.9093	olivia.gaielli@hotmail.com	
13	Assis Azevedo	Sec. Governo	8404.0043	assisazevedo@gmail.com	
14	Hely de Souza	Sec. Agricultura	8412.7176	helly@net.com.br	
15	Sergio P. Borzoni	Sec. Agricultura	9659.7391	Sergio.P.Borzoni@net.com.br	
16	Claudio Pereira de Luna	CMDA	8477.0483	claudio@net.com.br	

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais



P. 36 – Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais.

LISTA DE PRESENÇA

Evento: Oficina de Capacitação: “Diagnóstico Social Paranaíta”

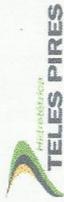
Data: 27 de Julho de 2012

Horário: Início 8:00h Final: 17:00h

Local: Auditório “Câmara de Vereadores Paranaíta”

Nº	NOME	ENTIDADE/ORGÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
17	Marcos Roberto Espina	Sec. Esportes	8446-5701	garcia.ref@hotmail.com	
18	Humay Tupayane	Sec. Gest. Soc.	84127180		
19	Leandro de J. Pinheiro	Sec. Saúde	84012046	lepinheiro10@hotmail.com	
20	S. Santos Pombal	Sec. Trímio	37037462	Santos.pombal@gmail.com	
21	Camélia Scatola	Sec. Finanças	99783888	engscatola@hotmail.com	
22	Rosângela Américo	Sec. Administração	3563-2748	rosangelaamercio@hotmail.com	
23	Alida Bruna Neves	Saúde Admin.	84474082	alidaofn@hotmail.com	
24	Wladimir J. Nogueira	COMUNICAÇÃO	2407-7173	wladimirnogueira@hotmail.com	
25	Amelino Maoski	Depo Engenharia	8422-2707	amelino.maoski@hotmail.com	
26	Elizabeth B. B. Trastina	CRB - APEF	996-3749		
27	Márcia B. B. Johnson	E. E. João Paulo I	84458727	blascab@hotmail.com	
28	Priscila Jonai Paulino	Ambulância local	9691-6182	priscilarup@yahoo.com.br	
29	M. Lívia Permony de Souza	S. M. A. S	9689-6256	maricabonv-social@hotmail.com	
30	Wagner M. de J. S.	CRAS	8411435	Wagner.etc@gmail.com	
31	Adriana Gomes	Participante	9633-9000	adriana.gomes@lata	
32	Maria Jéssica Souza	Conselho Tutelar	8409.3056		

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais



P. 36 – Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais.

LISTA DE PRESENÇA

Evento: Oficina de Capacitação: “Diagnóstico Social Paranaíta”

Data: 27 de Julho de 2012

Horário: Início 8:00h Final: 17:00h

Local: Auditório “Câmara de Vereadores Paranaíta”

Nº	NOME	ENTIDADE/ORGÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
33	Anelise Azeite	CRAS	3563-1304	Anelise.azeite@hotmail.com	Anelise Azeite
34	MAGNÉLI S. CARNEIRO	CRAS	3563.1304	MAGNELI.F.S@hotmail.com	MAGNÉLI S. CARNEIRO
35	Personagem R.R. Regende	CRAS	3563-1655	personagem.regende@hotmail.com	Personagem R.R. Regende
36	Sandra Maria Espinosa	Councilho Tutelar	35631640	Sandra.espinosa@hotmail.com	Sandra Maria Espinosa
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					

**ANEXO III - MODELO DE CADASTRO DE PESQUISA DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA**

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

CONTRATO de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CHTP ADM 111/2012

CADASTRO DIAGNÓSTICO SÓCIO FAMILIAR

Numero NIS _____ Data entrevista ___/___/ 2012

Qual tipo de benefício que recebe? Bolsa Família

Área Urbana () Área Rural ()

Endereço: _____ N _____

Bairro: _____ Cidade: Paranaíta - MT

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: Masculino () Feminino () Profissão: _____

Estado Civil: () Casado () Solteiro () Viúvo () Outros _____

Escolaridade: () Sem escolaridade () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Superior completo () Superior incompleto

Como você se considera? () Branco () Negro () Pardo () Amarelo [origem oriental] () Indígena

Mora em Paranaíta há quantos anos? _____

Quantas pessoas moram na casa? _____ Quantas pessoas trabalham? _____

Qual renda familiar? () Até ½ salário mínimo () De ½ até 1 salário. () De 1 salário a 2 salários. () De 2 salário a 3 salários. () mais de 3 salários.

Quantas pessoas estudam? _____

Descrição	Números	Descrição	Números
Freqüentam a creche		Freqüentam Cursos Técnicos	
Freqüentam o Ensino Fundamental		Freqüentam o Ensino Superior	
Freqüentam o Ensino Médio		Pessoas não estudam	
Freqüentam o EJA			

Casa: Tipo: Material () Madeira ()

Situação: Própria () Alugada () Cedida ()

Quantos Cômodos tem seu domicílio? _____

Descrição	Sim	Não
Água canalizada		
Coleta de lixo		
Rede de esgoto		

Tem Banheiro ou Sanitário? Não () Sim () Situação: interno () externo ()

Há pessoas com deficiência na casa? Não () Sim ()

Quantas pessoas? _____ Qual tipo deficiência? _____

Qual o meio de transporte que você mais utiliza? () Carro () Moto () Bicicleta () Ônibus () A pé
Observações que julga necessário: _____

Assinatura do Responsável Unidade Familiar

Assinatura responsável pela entrevista

**ANEXO IV - MODELO DE CADASTRO DE PESQUISA DO BENEFÍCIO PRESTAÇÃO
CONTINUADA.**

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

CONTRATO de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CHTP ADM 111/2012

CADASTRO DIAGNÓSTICO SÓCIO FAMILIAR

Numero NIS _____ Data entrevista ___/___/ 2012

Qual tipo de benefício que recebe? Benefício de Prestação Continuada - BPC

Área Urbana () Área Rural ()

Endereço: _____ N _____

Bairro: _____ Cidade: Paranaíta - MT

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: Masculino () Feminino () Profissão: _____

Estado Civil: () Casado () Solteiro () Viúvo () Outros _____

Escolaridade: () Sem escolaridade () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Superior completo () Superior incompleto

Como você se considera? () Branco () Negro () Pardo () Amarelo [origem oriental] () Indígena

Mora em Paranaíta há quantos anos? _____

Quantas pessoas moram na casa? _____ Quantas pessoas trabalham? _____

Qual renda familiar? () Até ½ salário mínimo () De ½ até 1 salário. () De 1 salário a 2 salários. () De 2 salário a 3 salários. () mais de 3 salários.

Quantas pessoas estudam? _____

Descrição	Números	Descrição	Números
Freqüentam a creche		Freqüentam Cursos Técnicos	
Freqüentam o Ensino Fundamental		Freqüentam o Ensino Superior	
Freqüentam o Ensino Médio		Pessoas não estudam	
Freqüentam o EJA			

Casa: Tipo: Material () Madeira ()

Situação: Própria () Alugada () Cedida ()

Quantos Cômodos tem seu domicilio? _____

Descrição	Sim	Não
Água canalizada		
Coleta de lixo		
Rede de esgoto		

Tem Banheiro ou Sanitário? Não () Sim () Situação: interno () externo ()

Há pessoas com deficiência na casa? Não () Sim ()

Quantas pessoas? _____ Qual tipo deficiência? _____

Qual o meio de transporte que você mais utiliza? () Carro () Moto () Bicicleta () Ônibus () A pé
Observações que julga necessário: _____

Assinatura do Responsável Unidade Familiar

Assinatura responsável pela entrevista

ANEXO V - MODELO DE CADASTRO DE PESQUISA NO COMÉRCIO.

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

CONTRATO de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CHTP ADM 111/2012

QUESTIONÁRIO: ATIVIDADE COMERCIAL

Data entrevista ____/____/ 2012

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Cidade: Paranaíta/MT

Data da fundação: ____/____/____

Proprietário/responsável: _____

Ramo de atividade: _____

Tipo: () Empreendedor Individual () EPP Empresa de Pequeno Porte

() Outros Especifique: _____

Atividade: particular () pública () mista ()

Atacadista () Varejista ()

Produtos () Serviços ()

Matriz: () Sim () Não Possui Filial? () Não () Sim. Onde? _____

Quantidade de funcionários: Masculino () Feminino () Familiares ()

Há pessoas com deficiência trabalhando neste estabelecimento? Não () Sim ()

Quantas pessoas? _____ Qual tipo deficiência? _____

Há intenção de expansão: () Não () Sim; Prazo () Curto () Médio Longo ()

Observações que julga necessário: _____

Assinatura do Entrevistado

Assinatura responsável pela entrevista

**ANEXO VI - MODELO DE INSTRUMENTO DE AUTO AVALIAÇÃO CONSELHO
TUTELAR.**

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

CONTRATO de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CHTP ADM 111/2012

Autoavaliação do CT		Instrução: insira as médias coletivas para cada indicador. As médias de cada dimensão e a média de todas as dimensões serão calculadas automaticamente. A seguir, verifique os resultados na planilha "Gráfico CT".
Dimensão	Indicadores	Avaliação Coletiva (consenso ou média dos valores individuais) Escala 0 a 2
1. Legislação e normas locais	1.1. Adequação e atualização da lei municipal que criou o CT	
	1.2. Existência e adequação do Regimento Interno do CT	
	1.3. Adequação do processo vigente no município para escolha dos membros do Conselho Tutelar	
	Dimensão 1 - Média	0,0
2. Infraestrutura	2.1. Disponibilidade de espaço físico e adequação em termos de localização, tamanho, conservação e privacidade	
	2.2. Disponibilidade e adequação de equipamentos e materiais necessários ao trabalho do CT (transporte, telefonia, computador, internet, etc.)	
	2.3. Disponibilidade de (ou possibilidade de requisitar, quando necessário) assessoria técnica (jurídica, psicológica, social, etc.)	
	2.4. Disponibilidade de (ou possibilidade de requisitar, quando necessário) pessoal de apoio ao seu trabalho (auxiliar administrativo, secretária, motorista, etc.)	
Dimensão 2 - Média	0,0	
3. Capacitação dos conselheiros	3.1. Conhecimento do ECA e das leis, normas e principais resoluções (nos níveis federal, estadual e municipal) que regulam o exercício das atribuições dos conselheiros e o funcionamento do CT	
	3.2. Capacitação para reconhecer e registrar as violações de direitos que atingem as crianças e adolescentes	
Dimensão 3 - Média	0,0	
4. Organização e distribuição do trabalho entre os conselheiros	4.1. Existência de normas de organização do trabalho do CT que permitam o atendimento da população durante as 24 horas de todos os dias da semana	
	4.2. Distribuição equitativa e coerente das tarefas e responsabilidades inerentes ao funcionamento do CT entre o conjunto de conselheiros	
	4.3. Existência de mecanismo de compartilhamento de experiências entre os conselheiros e deliberação colegiada sobre os casos atendidos	
	Dimensão 4 - Média	0,0
5. Eficiência de procedimentos operacionais	5.1. Eficiência dos procedimentos empregados pelo CT para fiscalização das entidades governamentais e não governamentais de atendimento	
	5.2. Eficiência dos procedimentos de encaminhamento e representação ao Ministério Público e à autoridade judiciária, em face de ocorrências de violações dos direitos das crianças e adolescentes	
	5.3. Existência, no CT, de um cadastro atualizado dos programas mantidos por órgãos governamentais e entidades não governamentais de atendimento, que possibilite o encaminhamento das medidas protetivas aplicadas pelo Conselho	
	Dimensão 5 - Média	0,0
6. Relacionamento com o sistema de promoção e defesa e direitos	6.1. Existência de relações colaborativas entre o CT e o CMDCA	
	6.2. Existência de relações colaborativas entre o CT e os órgãos de segurança instalados no município	
	6.3. Existência de relações colaborativas entre o CT e o Ministério Público	
	6.4. Existência de relações colaborativas entre o CT e o Poder Judiciário	
Dimensão 6 - Média	0,0	
7. Condições que favorecem o diagnóstico e a elaboração do plano de ação municipal	7.1. Existência de registros circunstanciados dos casos de ameaças ou violações de direitos atendidos nos últimos doze meses	
	7.2. Existência de registros circunstanciados dos casos atendidos em sistema informatizado (SIPIA ou similar) nos últimos doze meses	
	7.3. Existência de registros e de controle da execução das medidas protetivas aplicadas pelo CT às crianças, adolescentes, pais ou responsáveis, nos últimos doze meses	
	7.4. Existência de registros de encaminhamentos e representações ao Ministério Público e à autoridade judiciária	
Dimensão 7 - Média	0,0	
Todas as Dimensões - Média		0,0

ANEXO VII - MODELO DE INSTRUMENTO DE AUTO AVALIAÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

CONTRATO de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CHTP ADM 111/2012

Autoavaliação do CMDCA		
Instrução: insira as médias coletivas para cada indicador. As médias de cada dimensão e a média de todas as dimensões serão calculadas automaticamente. A seguir, verifique os resultados na planilha "Gráfico CMDCA".		
Dimensão	Indicadores	Avaliação Coletiva (consenso ou média dos valores individuais) Escala de 0 a 3
1. Legislação e normas locais	1.1. Adequação e atualização da lei municipal que criou o CMDCA	
	1.2. Adequação e atualização da lei e da regulamentação sobre o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	
	1.3. Existência e adequação do Regimento Interno do CMDCA	
	1.4. Adequação do processo vigente no município para escolha dos membros do Conselho Tutelar	
	Dimensão 1- Média	0,0
2. Composição e representatividade	2.1. Legitimidade e orientação democrática do processo de escolha dos conselheiros da sociedade civil	
	2.2. Representatividade dos conselheiros da sociedade civil em relação à diversidade de organizações, entidades e associações existentes nesse segmento local	
	2.3. Desvinculação dos conselheiros da sociedade civil em relação a cargos nos Poderes Executivo e Legislativo municipais e no Poder Judiciário	
	2.4. Representatividade dos conselheiros governamentais em relação às políticas básicas setoriais (assistência, educação, saúde, outras)	
	2.5. Poder de comunicação e influência dos conselheiros governamentais junto aos órgãos gestores de suas respectivas áreas de políticas setoriais	
Dimensão 2- Média	0,0	
3. Infraestrutura	3.1. Disponibilidade e adequação de espaço, equipamentos e materiais para a realização do trabalho do CMDCA	
	3.2. Disponibilidade de (ou possibilidade de requisitar, quando necessário) pessoal técnico para assessoria ou apoio às atividades do CMDCA	
	Dimensão 3- Média	0,0
4. Capacitação dos conselheiros	4.1. Conhecimento do ECA e das leis, normas e principais resoluções (nos níveis federal, estadual e municipal) que regulam o funcionamento do CMDCA	
	4.2. Conhecimento sobre leis, planos e programas que estabelecem diretrizes para defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes em áreas críticas (convivência familiar e comunitária, adolescentes em conflito com a lei, uso e tráfico de drogas, trabalho infanto-juvenil, violência sexual, acolhimento institucional, etc.)	
	Dimensão 4- Média	0,0
5. Participação e distribuição do trabalho entre os conselheiros	5.1. Distribuição equitativa e coerente das tarefas e responsabilidades inerentes ao funcionamento do CMDCA entre o conjunto de conselheiros	
	5.2. Adequação do tempo destinado pelos conselheiros para execução das tarefas e participação nas reuniões de trabalho e/ou comissões eventualmente existentes no CMDCA	
	Dimensão 5- Média	0,0
6. Condições que favorecem o diagnóstico e a elaboração do plano de ação municipal	6.1. Existência de dados e informações organizadas e arquivadas sobre o histórico de atuação do CMDCA (resoluções, atas, planos elaborados no passado, etc.)	
	6.2. Existência e adequação das normas e procedimentos para o registro das entidades não governamentais e dos programas de atendimento das entidades governamentais e não governamentais de atendimento	
	6.3. Existência de registro atualizado e qualificado das entidades não governamentais e dos programas de atendimento das entidades governamentais e não governamentais	
	6.4. Comunicação atualizada ao Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário, sobre a existência e o registro das entidades não governamentais e de seus programas de atendimento, e dos programas de atendimento governamentais	
	6.5. Existência de relações colaborativas entre o CMDCA e o CT	
	6.6. Existência de relações colaborativas entre o CMDCA e os órgãos de segurança instalados no município	
	6.7. Existência de relações colaborativas entre o CMDCA e o Ministério Público	
	6.8. Existência de relações colaborativas entre o CMDCA e o Poder Judiciário	
	6.9. Existência de relações colaborativas entre o CMDCA e os gestores das políticas setoriais (assistência, educação, saúde, etc.)	
	Dimensão 6- Média	0,0
Todas as Dimensões - Média		0,0

ANEXO VIII - RELAÇÃO DE PARTICIPANTES DA AUTO AVALIAÇÃO CONSELHO TUTELAR E CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

CONTRATO de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CHTP ADM 111/2012

Autoavaliação dos Conselhos

Município: Paranaíta - MT				
Nome dos Conselheiros Tutelares participantes da reunião		Nome dos Conselheiros de Direitos participantes da reunião		Para representantes do governo indique: G Para representantes da sociedade civil indique: S
1	Maria dos Reis L. Soares	1	Atsume Yoshimoto Miyazima	G
2	Maria Izabel Lisboa Souza Posini	2	Sandra Cristina Gallo Peterson	G
3	Tereza de Jesus Niza Coutinho	3	Claudecir Pereira Lima	S
4	Sandra Maria S. Tavares	4	Olga Geni Focking	S
5	Sônia C. de Souza	5		
6		6		
7		7		
8		8		
9		9		
10		10		

ANEXO IX - RESOLUÇÃO CONJUNTA CMAS-CMDCA 001/2012

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

RESOLUÇÃO CONJUNTA CMDCA – CMAS Nº 001/2012

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL DE PARANAÍTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranaíta – CMDCA e a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO, a realização do Diagnóstico Social no Município de Paranaíta pela empresa Excelência Consultoria e Assessoria custeada pela UHE TELES PIRES através do P.36 – Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais;

CONSIDERANDO, que Comissão Municipal de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico Social de Paranaíta foi criada e instalada em 27 de Julho de 2012 durante a realização da Oficina “Diagnóstico Social Paranaíta”;

CONSIDERANDO, as que ações e atividades desenvolvidas pela Comissão para Elaboração, de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico Social são de extrema importância para a plena viabilidade de utilização do diagnóstico como instrumento para subsidiar a elaboração dos planos e projetos, PPA, LDO e LOA do Município de Paranaíta.

CONSIDERANDO, deliberação em reunião ampliada da Comissão Municipal de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico Social de Paranaíta, com participação dos Presidentes do CMDCA e CMAS, de diversos Conselheiros Públicos, de Conselheiros Tutelares, representantes das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Saúde e Técnicos da Empresa Excelência Consultoria e Assessoria, realizada em 23 de Outubro de 2012;

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado a Comissão Municipal de Avaliação, Acompanhamento e Monitoramento do Diagnóstico Social de Paranaíta, sendo a seguinte composição:

COORDENADORA:

- **Márcia Fernandes de Souza**

Assistente Social – SMAS e Conselheira Pública Municipal;



P. 36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

MEMBROS:

Nº	NOME	ENTIDADE/ORGÃO
01	Adriani Gracieli Massoni	Secretaria Municipal de Educação
02	Claudecír Pereira de Lima	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
03	Enoque Moura Paz	Rotary Club
04	Jackson Carlos Aragão	Secretaria Municipal de Agricultura
05	Márcia Fernandes de Souza	Secretaria Municipal de Assistência Social
06	Margarete Marques de Freitas	Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
07	Maria Izabel Lisboa Souza	Conselho Tutelar
08	Matilde C. de Almeida	Escola Municipal JK
09	Sandra Maria Zuquelo Tavares	Conselho Tutelar
10	Suzane Cristina Favetti	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º São atribuições da Comissão:

1- Ser um canal de comunicação entre o Executivo Municipal, Conselhos Públicos Setoriais e Legislativo Municipal;

2- Analisar o Diagnóstico em duas etapas:

a) Etapa quantitativa – avaliar a consistência dos dados informados e coletados;
b) Etapa qualitativa – responder questões relativas às ações do município para elaboração do Diagnóstico;

3- Assessorar os Conselhos Públicos Setoriais na elaboração dos Planos de Ação, e o Executivo Municipal na elaboração do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

4- Realizar reuniões periódicas para acompanhamento, avaliação e monitoramento das ações relacionadas ao Diagnóstico Social;

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo as ações da comissão desde sua implantação em 26.07.2012, revogando-se as disposições em contrário.

Paranaíta (MT) 23 de Outubro de 2012


Claudecír Pereira de Lima
Presidente CMDCA


Margarete Marques de Freitas
Presidente CMAS